

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JEAN ANDERSON SOARES

**CHINA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E INVESTIMENTO NA
AMÉRICA DO SUL**

Porto Alegre

2021

JEAN ANDERSON SOARES

**CHINA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E INVESTIMENTO NA AMÉRICA DO
SUL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2021

JEAN ANDERSON SOARES

CHINA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E INVESTIMENTO NA AMÉRICA DO
SUL

Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado à Faculdade de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Profa. Dra. Marcilene Aparecida Martins

Prof. Dr. Júlio César Oliveira

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

O processo de criação deste trabalho só possível devido a colaboração de algumas pessoas, dentre as quais, de maneira sucinta, eu agradeço.

Ao meu professor orientador, que durante todo processo me acompanhou sempre com muita disposição, dando conselhos e todo auxílio fundamental para o desenvolvimento do estudo.

Aos professores do curso de Ciências Econômicas, pois através de seus ensinamentos tive a capacidade de realizar as reflexões presentes no projeto.

Aos meus familiares, pela compreensão das ausências bem como o fornecimento de todo o suporte necessário durante a elaboração do trabalho.

À minha namorada, pelo fato de ter se mostrado uma companheira inseparável, fazendo com que eu mantivesse a tranquilidade necessária para seguir com meus estudos.

Aos amigos, por compreenderem alguns momentos de tensão e se manterem fiéis durante os anos que passaram.

Por fim, acredito que o desenvolvimento individual de um trabalho é impossível pois fatores exógenos são sempre passíveis de considerados. Meus agradecimentos à todos que me oferecem suporte através de conselhos, conforto, estrutura durante a elaboração do trabalho de conclusão

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar como se desenvolve o investimento estrangeiro chinês na América do Sul. Para isso, é analisado o processo de crescimento econômico da República Popular da China (RPC), bem como os fatores que foram determinantes para projeção mundial do país. A pesquisa envolve um ponto de vista gradativo do processo de desenvolvimento chinês; primeiro levanta-se pontos determinantes para o crescimento, depois apresentam-se mecanismos que fazem com que o país se insira entre as grandes economias do mundo. Visa-se, assim, oferecer recursos fundamentais para a compreensão da estratégia de expansão das empresas multinacionais chinesas. O conceito de investimento estrangeiro também é oferecido com intuito de facilitar a compreensão do estudo. Brevemente, são apresentados pontos que comprovam o aumento do investimento estrangeiro no mundo e justificativas para a escolha e a disposição dos focos de IED ao redor do globo. Mostra-se a presença de investimento vindo da RPC, as motivações, as causas e as possíveis consequências de possuir capitais chineses na sub-região. O trabalho faz questão de salientar a estratégia chinesa para expandir sua atuação mundial e está pautado em dois pontos, constantemente levantados no corpo deste estudo, que são o pragmatismo e os ideais de crescimento pacífico sempre pregados pela RPC nas relações estabelecidas com outros países.

Palavras-chave: Investimento Estrangeiro Direto. China. América do Sul.

ABSTRACT

The objective of the work is to analyze how Chinese foreign investment in South America is developed. The economic growth process of the People's Republic of China is analyzed, as well as factors that were determinant for the country's global projection. The research involves a gradual view of the Chinese development process, first raising determining points for growth, then presenting mechanisms that would make the country one of the major economies in the world to. The idea is to offer enough resources to understand why the Chinese multinational companies' expansion strategy. The concept of foreign investment is also offered in order to facilitate the understanding of the study. Points are presented that prove the increase in foreign investment throughout the world, and justifications for the choice and arrangement of OFDI focuses around the globe. The presence is the investment coming from the PRC presented, motivations, causes and possible consequences of owning Chinese capital in the sub-region. The work makes a point of highlighting the Chinese strategy to expand its global operations, which is based on two points constantly raised in the body of this study, which are pragmatism and the ideas of peaceful growth always preached by the PRC in relations established with other countries

Key Words: Outward Foreign Direct Investment. China. South América.

LISTA DE SIGLAS

- APC** – Acordo Preferencial de Comércio
- BRI** – Belt and Road Initiative
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul (South África)
- CDB** – China Development Bank
- CEBC**- Conselho Empresarial Brasil-China
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CITIC** – China International Trust Investment Corporation
- CNOOC** – China National Offshore Oil Corporation
- CNPC** – Corporação Nacional de Petróleo da China
- COSBAN** – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Cooperação e Concentração
- EMNs** – Empresas Multinacionais
- EUA** – Estados Unidos da América
- EX-LM-BANK** – Banco da Exportação e Importação da China
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FTA** – Free Trade Agreement
- IED** – Investimento Estrangeiro Direto
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MMG** – Mineral and Metals Group
- OCDE** – Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- P&D** – Pesquisa e Desenvolvimento
- PIB** – Produto Interno Bruto
- RPC** – República Popular da China
- SINOMACH** - China Machinery Industry International Corporation
- SQM** – Sociedad Química y Minera
- ZEEs**- Zonas Econômicas Especiais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – HISTÓRICO TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB CHINÊS NO PERÍODO DE 1980-2020.....	20
GRÁFICO 2 – EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E DO MÉXICO PARA A CHINA.....	36
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO IED DA CHINA NO MUNDO (ACUMULADO 2005-2020).....	37
GRÁFICO 4 – CONTEÚDO DAS EXPORTAÇÕES FEITAS DA AMÉRICA DO SUL PARA CHINA, EUA E DEMAIS PAÍSES DO MUNDO	38
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DO IED CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL POR SETOR NO PERÍODO DE 2005-2020.....	39
GRÁFICO 6 – RELAÇÃO ENTRE OS VALORES (EM US\$ 100 MILHÕES) DESTINADOS À AMÉRICA DO SUL E OS RESPECTIVOS ANOS	41
GRÁFICO 7 – PROJETOS REALIZADOS NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL NO PERÍODO DE 2005-2020	41
GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO DO IED NA AMÉRICA DO SUL POR PAÍS	49
GRÁFICO 9 – IED NA ARGENTINA NO PERÍODO DE 2005 - 2009	50
GRÁFICO 10 – IED NA ARGENTINA NO PERÍODO DE 2010 -2015.....	51
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DO IED POR SETOR DA CHINA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2007 – 2020.....	53
GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE IED DA CHINA NO CHILE NO PERÍODO DE 2010 - 2020.....	55
GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DO IED NO PERU NO PERÍODO DE 2007-2020	57

TABELAS

TABELA 1 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB POR SETOR	23
TABELA 2 – INVESTIMENTO E POUPANÇA NA CHINA (1980 A 2003) EM PORCENTAGEM DO PIB	24
TABELA 3 – EMPRÉSTIMOS REALIZADOS DO CDB E DO EX-IM BANK PARA A AMÉRICA LATINA ENTRE 2005 E 2019	40
TABELA 4 – RELAÇÃO ENTRE O VOLUME DE TRANSAÇÕES, EMPREGO GERADO E EMPRESAS ESTABELECIDAS A PARTIR DO IED NOS MAIORES RECEPTORES DE IED NA AMÉRICA LATINA.....	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ASCENSÃO DA CHINA	15
3. O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E A PRESENÇA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL	27
3.1 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO.....	29
3.2 MOTIVAÇÕES DA EXPANSÃO PARA A AMÉRICA DO SUL	33
3.3 DESENVOLVIMENTO DO IED COM A AMÉRICA DO SUL.....	34
3.4 CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO.....	43
4. RELACIONAMENTO PACÍFICO E OS MAIORES RECEPTORES DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO	46
4.1 RELAÇÕES COM OS PRINCIPAIS FOCOS DO IED	48
4.1.1 ARGENTINA.....	49
4.1.2 BRASIL	52
4.1.3 CHILE	54
4.1.4 PERU.....	56
4.1.5 DIAGNÓSTICO DO IED NA AMÉRICA DO SUL.....	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

Um ponto comumente levantado, do qual derivam diversas causas associadas, é o das razões que levaram a República Popular da China (RPC) a saltar de um país praticamente fechado e com uma reduzida produção doméstica, para a posição de um dos maiores aliados estratégicos de diversas economias ao redor do globo; o país asiático, hoje em dia, é apontado pela sabedoria convencional como a segunda maior economia do globo (CEPAL, 2015). A própria literatura faz questão de evidenciar que atrelar o crescimento econômico do país a algum fator específico pode ser um equívoco, as sucessões de acontecimentos que com o tempo se mostraram propícios para que o país alçasse voos cada vez mais altos é indiscutivelmente o que faz com que o país esteja na condição de uma das maiores economias do mundo.

É inegável que as autoridades políticas possuem o mérito de entender as carências do país nos momentos de fragilidade deste e dispor da capacidade de formular políticas que agissem diretamente sobre as principais deficiências do país; porém, é notório que algumas políticas são passíveis de algumas ponderações, pelo fato de que ainda que façam sentido para o desenvolvimento do país, de certa forma, são danosas para a sociedade (ARRIGHI, 2007). Boa parte dessas políticas foi abolida com a inserção do país em organizações ou programas que regulam a preocupação com o bem-estar social.

Os membros do país asiático entendem que um de seus maiores desafios é promover um crescimento equilibrado e uma maior condição de bem-estar ao seu povo, além de continuar seu processo de maior interação com os demais países do mundo. Por isso, o país opta por um plano de grandes obras com parceiros selecionados ao redor mundo para garantir os itens necessários para seu crescimento, além de sua promoção como grande parceiro comercial. Atualmente, o país necessita desenvolver meios para se adaptar aos desafios que vêm sendo impostos não somente na sua conjuntura, mas em um contexto mundial (GIRÓN, 2020)

A promoção de grandes obras – principalmente de infraestrutura – é uma das práticas que têm sido constantemente realizadas. O Belt and Road

Initiative (BRI) é um bom exemplo que faz com que o país se conectasse a economias emergentes e a praticamente todos os continentes do planeta. Uma outra estratégia abrangente, que em alguma esfera está interligada ao projeto das grandes obras, é o incentivo à expansão das empresas para crescerem a nível internacional; o Investimento Estrangeiro Direto (IED) surge, para Pequim, como um instrumento que tem o potencial de agir em vários pontos, os quais o país julgue fundamentais para a fase vivida. Mais do que isso, o IED pode cooperar para a internacionalização das empresas chinesas.

Concomitantemente, com as metamorfoses dos rumos políticos que o país sofre, para melhor atender as necessidades estabelecidas pelos formadores de política chineses, e com as relações com as regiões estratégicas, feitas pelo Estado, as políticas sofrem alterações de igual forma. No mesmo caminho, tem-se a América do Sul, que começa a desenvolver laços cada vez mais firmes com a RPC. Inicialmente, a região tinha como papel exclusivo o fornecimento de itens específicos para o auxílio do processo de industrialização da RPC, que naquele momento despontava como grande importador. No momento em que o país reorientou seus esforços para o estímulo de grandes empresas, o subcontinente aparecia como uma região com potencial de receber as empresas transnacionais chinesas. Isso fez com que a América do Sul aprimorasse relações de mercado com a RPC, não somente garantindo os suprimentos necessários para o país, mas também fazendo com que a América do Sul fosse um bom local para receber as empresas chinesas (JAEGER, 2017).

O presente trabalho tratará dos movimentos chineses na América do Sul, dando um enfoque principal para o Investimento Estrangeiro Direto do país no subcontinente, além da busca por estabelecer um paralelo importantíssimo entre dois pontos, muito citados pela literatura, que auxiliam a RPC na orientação de suas políticas: o pragmatismo e a diplomacia. A hipótese do trabalho é de que a América do Sul possui recursos que são de grande interesse para as intenções de crescimento econômico chinês.

Esta introdução é o primeiro capítulo do estudo. O segundo capítulo busca, de forma reduzida, evidenciar a trajetória econômica chinesa e as rápidas transformações que o país vivenciou. De maneira didática e sucinta, o

tópico tenta explicitar momentos distintos do desenvolvimento econômico chinês, apontando algumas políticas adotadas pelo partido Comunista Chinês e os ideais disseminados pelos mesmos, que teve como principal nome Deng Xiaoping, que atuou por meio de reformas de cunho liberalizante, bem como de fatores exógenos que contribuíram para o crescimento do país.

Em um outro ponto, são discutidos itens dessas reformas, entendidos como relevantes para o desenvolvimento chinês e, nesse tópico, são levantados fatores que possibilitaram a entrada de capitais estrangeiros no país, dando o *status* à RPC de “fábrica do mundo”, no momento em que o produto chinês cresceu sob maiores taxas. O fim do capítulo tem o intuito de trazer um momento de transição no desenvolvimento econômico chinês, o país agora, como um dos mais importantes em termos de comércio internacional, procura um protagonismo entre o eixo hegemônico. Como forma de promover uma integração maior com o mundo e procurando destinos para sua produção excedente, o Estado opta pelo estímulo às empresas multinacionais e o país começa um processo de intensificação do IDE em regiões estratégicas.

No terceiro capítulo, são levantadas questões referentes ao início da relação com os países sul-americanos e, mais especificamente, a forma como o IDE impacta de maneira geral o subcontinente, para que depois critérios possam ser estabelecidos para a eleição de alguns países que indiquem uma proximidade. Neste ponto do trabalho é apresentado o conceito de IED, para que o entendimento dos assuntos posteriores seja facilitado. A tentativa de encontrar as raízes das relações sino-sul-americanos também será realizada, fornecendo um estudo de como os chineses compreendem o subcontinente, para que um mapa dos interesses da RPC seja elaborado. Com isso, busca-se evidenciar parte da abordagem de aproximação utilizada para com os países da América do Sul e entender a importância da região como um dos principais fornecedores de bens dos quais o país carece.

Em um outro ponto do capítulo, será levantada a problemática das relações estabelecidas entre o país e a região e o surgimento das inversões chinesas no subcontinente como alternativa, tanto de maior inserção para a RPC, como uma oportunidade de crescimento para os países da América do Sul. Para isso, será realizado um levantamento, mostrando alguns dados sobre o IED chinês na América do Sul.

O quarto capítulo terá como objetivo principal identificar os países que têm os maiores números, em se tratando de investimento estrangeiro chinês, e serão feitas considerações a respeito das principais implicações desse investimento nos respectivos territórios. O artifício da diplomacia adotado pela RPC também é tratado no corpo do texto, pois se entende que a ação chinesa na América do Sul também ocorre pelas abordagens de aproximação que o país utilizou com a sub-região. A escolha dos países se dá com base no estudo de Dussel Peters (2020), porque se entende que como cada país da América do Sul possui virtudes, carências e, principalmente, políticas distintas; os impactos dos capitais chineses em cada país, por meio do investimento direto, também serão distintos. Portanto, por intermédio dessas análises, cada país terá um diagnóstico diferente, a busca por um diagnóstico factível será também englobada dentro dos objetivos do capítulo. Por último, serão feitas conclusões a respeito dos pontos levantados ao longo do trabalho.

Como justificativa para o estudo, entende-se que a análise das relações comerciais estabelecidas entre a região e o país é fundamental para os rumos que a América do Sul deve seguir; tanto pelo fato de a economia chinesa ser uma das grandes potências mundiais da atualidade, como pela existência de muitas projeções nas quais se vê a RPC como a principal economia do mundo em um futuro não muito distante.

O trabalho também pretende facilitar o diagnóstico dos países quando se fala da orientação de políticas para que os danos causados pela massiva participação do capital chinês na economia sejam reduzidos. Por isso, o trabalho faz questão de salientar as diferenças existentes nos países da região e, por este fato, para cada um, necessita-se uma avaliação distinta.

O estudo pretende realizar uma revisão teórica e um levantamento de dados acerca das determinantes do Investimento Estrangeiro Direto (IED) e das relações sino-sul-americanas, principalmente a partir do século XXI. A revisão teórica surge como a fase para o levantamento de dados e uma revisão narrativa dos conteúdos disponíveis sobre o assunto. Em algumas instâncias, o trabalho se apresenta como uma pesquisa explicativa, pois busca - por intermédio do estudo da bibliografia - estabelecer conceitos no que tange às determinantes do investimento; além disso, busca oferecer uma descrição a

respeito das relações da RPC com os países da América do Sul especificamente.

Ao longo do estudo, serão apresentados alguns dados de cunho quantitativo (apresentação de tabelas e gráficos), para que seja facilitado o mecanismo de comparação entre a condição dos países envolvidos na pesquisa, e para que sejam conhecidos o peso e a relevância, em termos numéricos, dos países analisados neste trabalho. Portanto, serão utilizados alguns dados estatísticos, retirados de artigos ou estudos de instituições de pesquisa academicamente reconhecidas.

2. ASCENSÃO DA CHINA

A compreensão dos fatores que fizeram com que a RPC se encontrasse em uma posição de destaque num panorama mundial está diretamente ligada às diretrizes e medidas adotadas pelo governo durante todo processo de industrialização do país. A RPC passou por um processo atípico, levando em conta a ótica capitalista vigente em todo mundo. Aristides Neto (2005) afirma que não só o crescimento é algo exultante no país asiático, mas também o fato de que isso teria ocorrido porque o país passou a adotar regras e mecanismos de mercado próprios da concorrência capitalista. Dito de outro modo, teriam passado pelo capitalismo as estradas do rápido crescimento e do desenvolvimento sustentados naquele país.

A literatura normalmente faz questão de apontar momentos históricos que servem como um efeito catalisador de um processo ou algum ponto de inflexão onde são perceptíveis as mudanças a partir de uma determinada ocorrência histórica. No contexto de crescimento econômico chinês, este marco temporal, em que o crescimento é registrado sob altas taxas, é o gradativo processo de abertura comercial no final da década de 70. Vieira (2006, p. 401) enfatiza como pontos que mais se destacaram durante o processo de desenvolvimento econômico chinês: as altas taxas de investimento, o quanto a economia chinesa se mostrou mais aberta aos outros países; uma taxa de câmbio que se manteve rígida ao longo dos anos; além do foco no desenvolvimento do capital humano. As reformas promovidas pelo então novo governo, em 1978, visavam uma maior interação com um cenário mundial, além do aumento das relações comerciais e da entrada de capitais estrangeiros. O plano era obter divisas, partindo do fortalecimento do setor exportador, aliado a um ajuste no nível de oferta do país; com isso, a RPC conseguiu atingir um crescimento de maneira equilibrada ao longo dos anos que seguiram (NETO, 2005, p. 8).

O modelo de desenvolvimento adotado pela RPC teve uma forte presença de países que já estavam em estágio avançado em termos de crescimento econômico. Inicialmente, os Estados Unidos promoveram algumas parcerias com os chineses fazendo com que se despontassem indícios de um

modelo de “desenvolvimento a convite¹”, ofertado a outros países no período pós-guerra (CISESKI, 2012 p. 1). De acordo com Ciseski (2012), os norte-americanos optaram pelas trocas com a RPC devido aos fracassos no Vietnã e a ruptura do acordo de Bretton Woods; viam o comércio com os chineses como uma alternativa de redução dos custos de produção e uma forma de incremento da demanda por seus produtos. A RPC, sinalizando positivamente para o ingresso dos capitais oriundos dos EUA, iniciou um intenso processo de alteração cambial no período que compreende os anos de 1980 a 1994: a taxa de câmbio nominal apresentou uma desvalorização nominal de 470%. E a taxa efetiva real teve um decréscimo de 290%.

Ciseski (2012) afirma que a abertura econômica teve um papel de suma importância na entrada de fluxos de IDE nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Inicialmente, o investimento era centrado nas indústrias têxteis, calçadista e de brinquedos, visto que estas áreas eram mais proveitosas, dado o volume de mão-de-obra qualificada disponível no momento. Com o tempo, foram promovidas reformas na propriedade rural, com o intuito de aprimorar a produtividade; na educação, com ênfase no ensino superior – visando primeiramente ter uma capacidade de absorção do conhecimento vindo do exterior, e em seguida, de desenvolvimento próprio de tecnologia. Ao final da década de 1980, grande parte dos capitais do Japão já teria migrado para a RPC e rapidamente era possível perceber a presença do IDE vindo da Europa; prontamente já era possível perceber a RPC como a “fábrica do mundo” (CISESKI, 2012).

Conforme Nonnenberg (2010, p. 8), a política macroeconômica não pode ser considerada a protagonista ou o principal fator que ocasionou o crescimento econômico chinês. O cientista político alega que o país foi agraciado com uma coincidência de fatores geográficos, históricos, políticos e econômicos, que não podem ser replicados em outros países ou outras ocasiões, ainda que o que aconteceu na RPC tenha deixado algumas lições.

¹ Modelo onde os Estados Unidos como o maior beneficiado do período pós-guerra, listou alguns países para estimar o crescimento via empréstimos, investimentos e ainda o estabelecimento das empresas multinacionais americanas em países estratégicos.

Nonnenberg (2010) ainda lista alguns dos fatores que propiciaram o crescimento e que merecem alguma análise; são eles: o processo de liberalização do sistema de formação dos preços; e os preços, que até então eram fixados pelo governo, passaram a dispor de um sistema determinado por dois fatores: primeiro o governo fixava uma cota que cada comunidade deveria entregar com um preço estipulado, depois esta alteração contribuía para alguns ganhos de produtividade rural (NONNENBERG, 2010).

A liberalização do comércio exterior foi mais um ponto capital para o crescimento econômico. O processo teve uma real aceleração em 2001 com o ingresso chinês na Organização Mundial do Comércio (OMC). Porém, a partir do momento em que foram sendo estabelecidas políticas de liberalização, em se tratando das trocas com o resto do mundo, gradativamente o país apresentava ganhos em exportações e as tarifas aplicadas nas exportações traziam resultados mais expressivos (NONNENBERG, 2010).

A criação das ZEEs permitiu a concessão de diversos incentivos, o que possibilitou a criação de clusters. Além disso, notou-se uma maior presença de produção industrial e outros trabalhos intensivos em mão de obra (NONNENBERG, 2010).

A existência de um grande contingente de mão de obra rural com produtividade muito baixa possibilitou um deslocamento para as cidades, conservando o mesmo nível de salário, ainda que com o considerável aumento da demanda por trabalho. Ao longo dos anos, os níveis de salário médio real experimentaram um aumento de 11% no período 1978-2006 (NONNENBERG, 2010).

Com a ausência de proteção à liberdade intelectual, as empresas multinacionais (EMNs) não dispunham de qualquer forma de proteção a sua propriedade intelectual e necessitavam de sócios que poderiam se apropriar do conhecimento proveniente dos exteriores (NONNENBERG, 2010).

O gigantesco tamanho populacional criou um ambiente favorável para o surgimento de economias de escala, que têm um impacto direto nos custos de produção. A respeito do crescimento dos investimentos diretos externos (IDEs), ao analisar o período entre 1981 e 2007, os fluxos de investimento direto vindo do exterior variam de US\$ 265 milhões para US\$ 138 bilhões. No início, as EMNs se instalaram quase que em sua totalidade nas ZEEs por conta de

incentivos fiscais, terrenos e edificações, que, inicialmente, facilitaram a manifestação de pontos de transbordamento tecnológicos (NONNENBERG, 2010).

As políticas de incentivo à inovação e à transferência e geração de ciência e tecnologia têm forte ligação com as políticas de fomento aos investimentos vindos do exterior; tais incentivos estavam ligados a transferências, por parte dos investidores, de tecnologia ou de abertura de centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no país. Com o ingresso da OMC, essas políticas se tornaram ilegais (NONNENBERG, 2010).

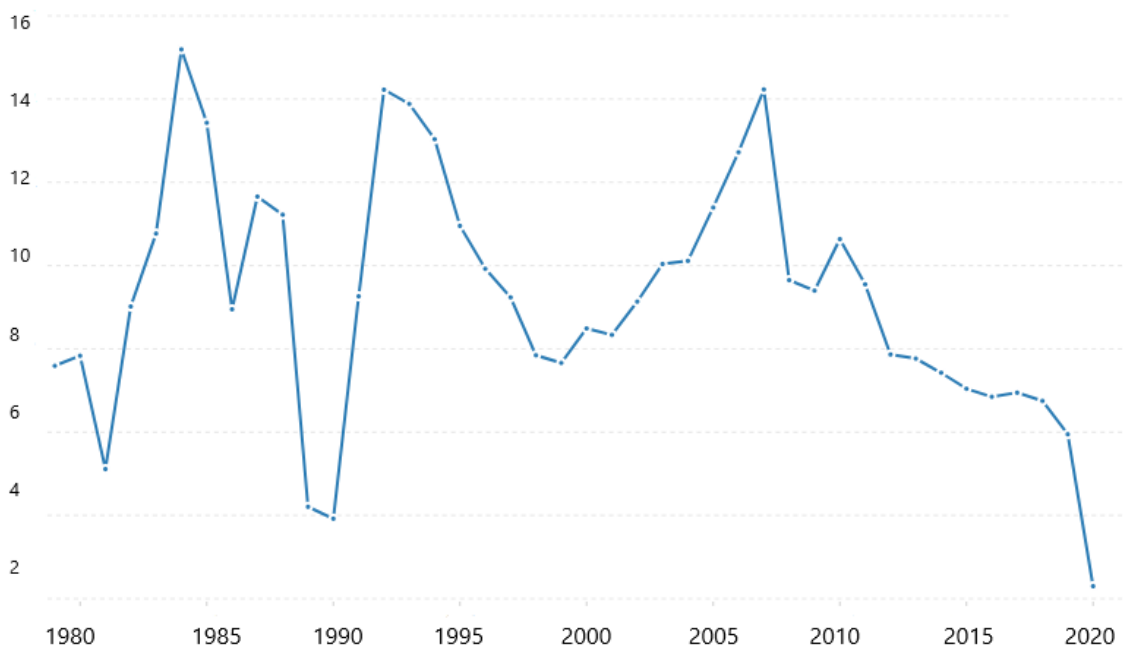
O FMI (Hu e Khan, 1997) já alertava para um provável êxito da RPC, no tocante ao comércio internacional, nos anos que seguiam, afirmando que o país vinha se tornando cada vez mais interdependente e exigindo essas cooperações mútuas entre o gigante asiático e a OMC para que o potencial de crescimento e desenvolvimento fosse atendido. A afirmação decorria do fato de as elevadas taxas de crescimento e exportação terem sido atingidas durante o segundo quinquênio dos anos 90. Na busca por explicações sobre o crescimento rápido, há um estudo realizado pelo FMI, em que os autores Hu e Khan (1997) oferecem a seguinte justificativa para o crescimento econômico da RPC:

Curious about why China has done so well, an IMF research team recently examined the sources of that nation's growth and arrived at a surprising conclusion. Although capital accumulation--the growth in the country's stock of capital assets, such as new factories, manufacturing machinery, and communications systems — was important, as were the number of Chinese workers, a sharp, sustained increase in productivity (that is, increased worker efficiency) was the driving force behind the economic boom (HU; KHAN, 1997 s/p).

De acordo com o *paper* Brasil-China (PAIVA, LINS E FERREIRA 2019), o processo de desenvolvimento econômico obedeceu a três vertentes: a de parcerias comerciais; a fase dos investimentos e a presença mais ativa no mercado financeiro, respectivamente. À medida que o tempo passa, as relações comerciais chinesas com o resto do mundo se tornam mais robustas, é possível perceber a diversificação de riscos e derivados, ao mesmo tempo em que o pesado processo de investimento em outros países vai se consolidando (NOGUEIRA E HAFFNER, 2016). A RPC vem usufruindo dos sucessos de políticas e se estabelecendo também no mercado de capitais, desenvolvendo também instituições financeiras.

A análise dos agregados macroeconômicos da RPC evidencia o crescimento acelerado e de maneira sustentável, visto que o mais notável é a inigualável taxa de crescimento do país nas últimas décadas. O gráfico a seguir (GRÁFICO 1) mostra o crescimento do PIB chinês a partir dos primeiros anos em que as reformas de cunho liberalizantes foram realizadas, no qual é possível perceber que logo no início da década de 80 a RPC atingiu um crescimento médio no produto superior a 10% entre 1980 e 1985. As quedas nas taxas de crescimento são justificadas pelas crises, tanto em caráter mundial, quanto de dimensões continentais; as crises mundiais são o momento de depressão vivido em 2008, quando, mesmo com as quedas, a RPC se encontra entre os países que mostraram melhores respostas (assunto esse que é retomado ainda neste capítulo) e a pandemia da COVID-19, que teve sua intensificação em território chinês ao fim de 2019. A pandemia fez com que o sistema econômico fosse fortemente afetado, uma vez que, a estratégia de enfrentamento mais eficaz contra a doença – durante o processo de desenvolvimento da vacina – era a política de isolamento social, que tem como consequência o cancelamento de algumas atividades essenciais para o funcionamento econômico ideal. O momento de turbulência vivido na esfera continental foi a crise dos países asiáticos em 1997.

GRÁFICO 1 – HISTÓRICO TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB CHINÊS NO PERÍODO DE 1980-2020



Fonte: WORLD BANK, 2021.

Embora o ritmo de crescimento econômico tenha desacelerado em 2012, a inflação permanece em um patamar confortável (BURLAMAQUI, 2015). Um exercício comumente utilizado, com o intuito de ter uma dimensão do grau de relevância de um país dentro do sistema capitalista, é a análise do volume de trocas realizadas com o resto do mundo. Tal análise permite ter alguma noção do peso de um país quando se fala no fornecimento de bens para outros países, pois ao longo do tempo a RPC tem assumido um papel de suma importância em se tratando de fornecimento de bens para o sistema econômico mundial.

No ano de 2011, a RPC sustenta a posição de maior exportador, é o país que mais fabrica, além de possuir o maior volume de reservas internacionais do mundo. A condição superavitária em conta corrente faz com que o Estado possua um amplo raio de manobra para o reequilíbrio planejado, que envolve a mudança gradual de uma economia liderada pelos investimentos e impulsionada pelo consumo de massa (BURLAMAQUI, 2015 p. 279).

As exportações assumiram o protagonismo ao longo do período de crescimento da economia chinesa e, de maneira clara, assim como a produção anual da RPC vinha crescendo, a variabilidade de produtos manufaturados chineses também se alterava. Poncet (2011) afirma que em 1980 as

exportações representavam 10% do PIB, e passaram a representar 37%, em 2007; muito deste crescimento decorre do fato de o país abrir as portas para o IDE, oriundo principalmente dos Estados Unidos e dos países da Europa.

Arrighi (2007) joga luz para o fato de que somente o elevado volume populacional não soa como fator isolado para que os maiores países do mundo se sintam confortáveis em transferir capitais para a RPC, mas ele também ressalta que tal volume populacional, muito por conta das instituições, possuía características específicas para que esta elevada quantidade de mão de obra fosse mais atrativa do que as outras economias, que também possuíam mão de obra com baixos custos; em suas palavras o autor argumenta:

Contrary to wide spread belief, the main attraction of the PRC for foreign capital has not been its huge and low-priced reserves of labor as such - there are plenty of such reserves around the world but now here have they attracted capital to the extent that they have in China. The main attraction, wesh allargue, has been the high quality of those reserves - in terms of health, education, and capacity for self management - in combination with the rapid expansion of the supply and demand conditions for the productive mobilization of these reserves with in China itself (ARRIGHI, 2007 p. 351).

As trocas realizadas pela RPC com países do exterior surgem como consequência da atuação das transnacionais ou *joint ventures* na montagem de produtos que careciam de insumos ou máquinas importadas no país de origem (PONCET, 2011, p. 99). O progresso das relações com outros países ocorreu de maneira gradativa e teve seu início em 1978 com o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais, o que desencadeou diversas políticas orientadas para atrair a presença de capitais estrangeiros.

O comportamento da RPC no período que compreende a grande crise vivida em 2008 se diferiu da maioria dos outros países por conta das decisões políticas realizadas e pelo contexto em que o país se encontrava. Enquanto os principais atores da economia mundial caminhavam rumo a políticas contracionistas, os chineses seguiram com o plano de desenvolvimento. Tais políticas, adotadas pelo país e por um grupo composto por Brasil, Rússia, África do Sul e a própria China (BRICS) fez com que economias emergentes ganhassem uma maior notoriedade, além do fato de que os países já desenvolvidos deram uma maior atenção às decisões políticas tomadas pelo grupo. A posição adotada pelo gigante asiático durante o período da crise

econômica garantiu o crescimento do país e o ganho de projeção mundial, principalmente a partir de 2001 – momento em que ingressa na Organização Mundial do Comércio (GIRÓN, 2020, p.27).

Como consequência da abertura cambial, a RPC passou a demonstrar um desempenho semelhante ao dos principais atores da economia mundial nos anos 2000; as exportações que representavam 7% do PIB na década de 1970 atingiram 30% do valor em 2000, e tiveram um pico de 39% no ano de 2006. Com isso, a participação no total das exportações mundiais saltou de 1% para aproximadamente 9% em 2007. No ano de 2009, o país assumiu o posto de maior exportador mundial de manufaturas superando a Alemanha. Além disso, a pauta de produtos foi diversificando e gradativamente os produtos exportados tinham um maior conteúdo tecnológico (CISESKI, 2012).

Destaca-se, também, o volume de poupança que no ano de 2009 representou 48% do PIB, o que conforme Ciseski (2012) permitiu um aprofundamento no modelo orientado para exportações e viabilizou constantes superávits em transações correntes. Analisando a ótica da demanda – variável macroeconômica que assumiu um papel de destaque durante o período de crescimento acelerado chinês, segundo Ciseski (2012) –, foi o investimento que inicialmente foi seguido pelo consumo do governo. O consumo das famílias teve sua participação no PIB diminuída no período, uma vez que no final da década de 1970 era de 62% e, ao fim da primeira década dos anos 2000, era de 35%. A partir dos anos 1990, a variável macroeconômica, que assumiu o posto de principal coadjuvante na economia chinesa, foi a demanda externa líquida que, além de apresentar cifras elevadas, possuía uma função fundamental em termos de modernização e incremento da produtividade no país. (CISESKI, 2012)

A industrialização na RPC permitiu uma maior diversificação dos produtos ofertados domesticamente, o que, conforme Felipe et al. (2013), facilita no crescimento que se dá de maneira acelerada, uma vez que o desenvolvimento econômico exige uma constante capacidade de renovação, além da capitalização de competências mais rebuscadas; em se tratando de capital humano e físico, reforçam-se mutuamente o que promove o crescimento acelerado. Felipe et al. (2013) afirmam que as exportações realizadas pela RPC atravessaram um interessante processo de crescimento e sofisticação.

Como forma de exemplificar o foco no processo da industrialização no desenvolvimento econômico da RPC, o trabalho de Nonnenberg, Levy, Negri e Costa (2008) nos mostra essa relação, por meio da elaboração da tabela (TABELA 1), entre as taxas de crescimento médio do produto chinês e a parcela de participação dos setores da economia, na qual se mostra notável a evolução do setor fabril nos subperíodos explicitados.

TABELA 1 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB POR SETOR

China: taxas médias de crescimento do produto por setor

(Em %)

Médias	PIB	Primário	Secundário	Terciário
1979-1987	9,9	5,9	10,6	12,9
1988-1990	6,3	4,3	7,0	6,9
1991-1994	12,6	3,9	18,3	10,8
1995-2006	9,3	3,7	10,6	9,8

Fonte: NONNENBERG, LEVY, NEGRI, COSTA, 2008, p. 8.

Outro ponto que advoga em favor do foco da RPC na industrialização e no pesado trabalho realizado pelos formadores de política chineses é a relação entre poupança e investimento. Vieira (2008) ressalta a importância dessas variáveis, afirmando que as demais economias emergentes não apresentaram o crescimento que a RPC apresentou nestas variáveis. A análise da tabela (TABELA 2) abaixo exemplifica a afirmação, deixando perceptível o incremento de poupança e investimento no período.

TABELA 2 – INVESTIMENTO E POUPANÇA NA CHINA (1980 A 2003) EM PORCENTAGEM DO PIB

Anos	FBKF	POUP
Média 1980 a 1990	28.62	35.01
1991	27.48	38.11
1992	31.22	37.72
1993	37.48	41.78
1994	36.05	43.06
1995	34.71	43.13
1996	34.38	41.73
1997	33.78	42.98
1998	35.27	42.34
1999	35.92	40.50
2000	36.46	39.00
2001	37.83	40.88
2002	40.24	43.37
2003	42.16	43.17

FBKF = FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO
POUP = POUPANÇA
FONTE: VIEIRA (2006)

No ano de 2010 o PIB chinês, convertido pela taxa de câmbio de mercado, superou o do Japão, fazendo com que a RPC assumisse o posto de segundo maior produto interno bruto do mundo. Um ponto a ser considerado é que o incremento no PIB se converteu no crescimento da renda per capita; isso porque o seu acréscimo esteve relacionado com os projetos de urbanização, a melhoria da renda e o baixo crescimento populacional – fruto da política de um só filho (CISESKI, 2012). Em decorrência do aumento da renda, percebeu-se um incremento em indicadores sociais. Um aumento de 29 anos na expectativa de vida entre 1960 e 2009, além da elevação da taxa de alfabetização, que chegou a 94% da população, e da diminuição dos indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza, que despencou de 59% para 12% em 2009 (Ciseski 2012).

Como causa do espantoso crescimento chinês, Ciseski (2012) mostra que parte da literatura acadêmica acredita que a RPC experimentou um

modelo de crescimento semelhante aos colegas de continente, Coreia e Japão, que combinam mercado externo e interno com forte presença do Estado, além de utilizar de políticas de cunho heterodoxo em seu sistema econômico. Um ponto que difere a economia chinesa das outras asiáticas citadas é o elevado tamanho do mercado interno e o maior controle sobre a economia.

O modelo chinês combina propriedade estatal, propriedade privada, planejamento centralizado, política industrial, com protecionismo seletivo, forte regulação do sistema financeiro, direcionamento do crédito e integração controlada com o exterior. Aliado a estes fatores, o país passou por mutações aderentes ao longo do tempo como o aumento na expectativa de vida, a desaceleração do crescimento populacional e a diminuição da população economicamente dependente (CISESKI, 2012).

Conforme Girón (2020, p. 27), a RPC tem demonstrado um crescimento do PIB de maneira sustentada a partir do ano de 2000, crescendo a taxas trimestrais leves variando entre 6,4% e 15%. Obviamente, a RPC sofreu com a recessão mundial vivida entre 2007 e 2010, tendo quedas consideráveis se compararmos o primeiro trimestre de 2008 (11,5%) e o primeiro trimestre de 2009 (6,4%). Porém, ao jogar luz para as principais economias do mundo no mesmo período, nota-se que, mesmo com uma queda no PIB, o crescimento apresentado pelo país se mostrou elevado quando comparado com os outros países. Tal crescimento permitiu que a RPC também figurasse entre os países que davam as cartas no sistema econômico mundial; a respeito desse crescimento Girón (2020) afirma:

Apesar de este cambio en la tendencia de las tasas de crecimiento, la expansión de China a nivel global le permitió realizar una integración sostenida de cadenas de valor de diversos sectores económicos estratégicos a nivel internacional. Por tanto, el “milagro económico chino” basado en un modelo exportador, pero al mismo tiempo, demandante de insumos provenientes de países de la periferia estableció las bases de un proceso de internacionalización productiva alrededor de grandes empresas estatales y grandes bancos chinos (Girón, 2020, p. 27).

Ao fim da primeira década dos anos 2000, a preocupação dos formadores de políticas chinesas é a retomada do crescimento em dois dígitos de PIB, o que foi prejudicado inicialmente pela crise mundial de 2008. Com o crescimento e a elevação da posição do país no cenário econômico mundial, a RPC passou a integrar e sofrer com os problemas de países que estão nos

mais elevados degraus na escalada econômica. A crise econômica de 2008 balizou o crescimento do produto chinês; sob as altas taxas que enfrentara nos anos anteriores, o país precisa agora de políticas e respostas para as inconstâncias que o mundo vinha sofrendo.

O enfraquecimento do mercado financeiro mundial implicou relativas quedas trimestrais no produto chinês (GIRÓN, 2020 p. 29). A contração mundial da demanda diminuiu a participação da RPC tanto nas exportações, quanto nas importações, o que acarretou na queda do PIB nos anos de 2007, 2008 e 2009 (14,2, 9,6 e 9,2 respectivamente) segundo Ciseski (2012). A crise ainda teve impacto direto sobre a entrada líquida de capitais estrangeiros no país e a demanda por crédito (CISESKI, 2012).

A RPC optou pela política de aumento nos gastos públicos com resposta para a queda na demanda externa líquida, foram mais de 586 US\$ bilhões gastos, o que representou 48% do PIB. Aliado a esta política, houve também um pacote de estímulo fiscal, promovido no fim do ano de 2008 (CISESKI, 2012). A promoção destas políticas fez com que a RPC respondesse de maneira adequada à crise; porém, conforme Ciseski (2012), as incertezas a respeito do cenário mundial fizeram com que a ideia de crescimento voltado para exportações se apresentasse, de certa forma, insuficiente e, com isso, surgiu o desafio de encontrar um modelo de crescimento orientado para a demanda doméstica. Cintra e Pinto (2017) explicam o método que a RPC adota para transformar seu modelo de crescimento econômico com as seguintes palavras:

Hodiernamente, o desenvolvimento econômico da China encontra-se em um novo período de *transição interna* em virtude das contradições do regime de crescimento, fortemente concentrado no investimento, que tem gerado desequilíbrios econômicos e sociais. O Estado chinês vem tentando construir um novo regime de crescimento sustentável, articulado à configuração de um Estado de bem-estar com características particulares. Associado a isso, delineiam-se novas relações (financeiras, de investimentos, diplomáticas, de defesa etc.) entre a China e o restante do mundo que vem desencadeando um processo de *transição internacional*. (CINTRA; e PINTO, 2017, p. 382)

Cintra e Pinto (2017) alegam que de uma taxa de investimento alta, a ponto de representar aproximadamente metade do PIB, pode surgir algumas questões prejudiciais para a economia; problemas como crescimento

desequilibrado, dependência de grandes obras, expansão de mercados imobiliários e endividamento surgem como empecilhos para o desenvolvimento do país. É necessário encontrar um novo regime de crescimento que ocorra de maneira sustentável, com participação menor de setores intensivos em capital e energia e que, além disso, preocupe-se com aumento no volume de bem-estar e busque resolver as desigualdades (tanto sociais, quanto regionais). O plano chinês é melhorar a qualidade da provisão de bens públicos, bem como desenvolver uma capacidade de industrialização e urbanização que seja menos agressiva ao meio ambiente, aliado à obtenção de níveis de renda e consumo adequado para os chineses (CINTRA; PINTO, 2017). O interesse chinês é expandir sua aptidão para projetar domínio econômico, financeiro, diplomático, com intuito de subir cada vez mais degraus na escalada da hegemonia mundial. O aumento de participação do país em relação ao resto do mundo tem redefinido suas relações, o que, conforme Cintra e Pinto (2017), desencadeia um processo de transição internacional ou uma reconfiguração mundial.

Desse modo, a RPC carece de soluções diferentes das que vem apresentando durante seu processo de desenvolvimento, pelo fato de a literatura, apresentada ao longo do capítulo, apontar que o modelo de crescimento chinês, focado na exportação e na captação de capitais estrangeiros, começa a apresentar alguns sinais de desgaste. Como no momento o país é tido como a segunda principal economia do mundo, são necessárias políticas e iniciativas que consolidem ainda mais o país dentro do grupo hegemônico e que mostrem um potencial de manutenção a longo prazo, além de serem alinhadas às novas diretrizes que o contexto mundial passa. Portanto, a busca por alternativas para o desenvolvimento econômico do país surge como uma possibilidade.

3. O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E A PRESENÇA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL

A literatura aponta para dois grandes momentos que marcaram o estreitamento de laços entre a RPC e a América do Sul: o primeiro foi o

ingresso na OMC em 2001. Este fato contribuiu não somente para as relações com a América do Sul, como facilitou as trocas comerciais realizadas e a abertura do mercado doméstico para a presença de empresas oriundas do exterior, fazendo assim com que ocorresse um aumento da concorrência de trocas com o exterior e, como efeito direto, as empresas chinesas se viram na necessidade de expandirem para novos mercados. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). O segundo momento foram as sucessivas visitas dos representantes do governo chinês no início da década de 2000 VADELL 2011)

Compreende-se então que a abordagem adotada pela RPC em sua expansão econômica para América do Sul é pautada em dois pontos principais: o caráter pragmático, no qual se tem muito claro as intenções do Estado no subcontinente; e uma diplomacia com ideias que soam mutuamente benéficas para todos os envolvidos nas trocas realizadas (VADELL, 2011).

Os esforços dos formadores de política da RPC têm sido uma integração cada vez maior com os mercados internacionais, com o desenvolvimento de estruturas paralelas e uma variedade de instituições internacionais (HEILMANN; RUDOLF, HUOTARI; BUCKOW, 2014). Com a intenção de modernizar o conteúdo tecnológico de suas exportações, a RPC visa o aumento de suas relações comerciais com países em desenvolvimento, por meio do aumento de investimento estrangeiro direto e o próprio comércio, além da diminuição das trocas com países já desenvolvidos (CINTRA; PINTO, 2017). As constantes barreiras propostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) têm facilitado as ações de maior interação internacional da RPC, que não busca um rompimento com as organizações internacionais atuais, mas sim uma complementaridade as suas relações econômicas, para moldar a ordem além das reivindicações ocidentais de liderança (HEILMANN; RUDOLF; HUOTARI; BUCKOW, 2014, p. 1).

A presença da RPC na América do Sul transita entre o discurso de crescimento pacífico com uma proposta de benefício mútuo e a postura pragmática, na qual é possível perceber de maneira analítica os interesses e objetivos da aproximação do país com a região.

Obviamente, o projeto chinês não é restrito apenas a questões diplomáticas; é notável o aumento das interações financeiras e do crescimento de grandes projetos de investimentos do país em diversas economias

emergentes ao redor do globo. Um dos movimentos mais marcantes realizados após turbulentos momentos vividos no ano de 2008 foi o incremento da internacionalização do capital chinês, utilizando o método do Investimento Estrangeiro Direto (IED) (CINTRA; PINTO, 2017).

As raízes do movimento de internacionalização do capital chinês estão em um programa do governo chinês intitulado “Going Global”, estabelecido pelo 16.º Congresso do Partido Comunista, que tinha como principais objetivos: *i)* aumentar o investimento direto chinês no exterior por meio da descentralização e relaxamento das autorizações para saída das corporações; *ii)* melhorar o nível e a qualidade dos projetos; *iii)* reduzir os controles de capital e criar canais de financiamento; e *iv)* integrar a política de internacionalização das companhias chinesas, com outras políticas existentes para o setor externo, buscando promover o reconhecimento das marcas dessas empresas (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Os resultados desses estímulos constantes em IED fizeram com que os investimentos crescessem de maneira considerável em um curto espaço de tempo; com isso, o país pode figurar dentre os maiores investidores do mundo (DING, 2018).

É nesse ponto que é possível perceber o pensamento pragmático da RPC e suas intenções para com os países da América do Sul (VADELL, 2011 p.11). O Investimento Estrangeiro Direto, ao longo dos últimos anos, tem se tornado uma prática recorrente na RPC, diversos estudos apontam o país entre os maiores investidores do mundo. Além de fazer parte do programa Going Global, o IED garante, ao Estado, acesso a alguns recursos ou bens difíceis de adquirir em território doméstico.

3.1 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Para facilitar o entendimento do estudo que será desenvolvido a seguir, será necessário estabelecer o conceito de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Conceito este que é fundamental para a compreensão da presença da RPC dentro da América do Sul. Desta relação surgem consequências que, de acordo com a corrente de pensamento seguida, podem ser positivas ou negativas. Portanto, será oferecido o conceito de IED formulado por alguns

pensadores ou instituições, com o intuito de apresentar um bom guia básico para o entendimento do trabalho.

Conforme a Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (s.d), compreende-se por Investimento Estrangeiro Direto uma situação em que um ator institucional, (investidor direto) de um país A, realiza algum investimento com o intuito de assentar um interesse duradouro em uma empresa oriunda de país B. A motivação possível para tal interesse em estabelecer uma “relação estratégica de longo prazo” e assegurar um determinado volume de influência no gerenciamento da empresa do país B é manifestada por meio da posse de, ao menos, 10% do poder de voto em cada tomada de decisão.

A enciclopédia da globalização Theodore H Moran (2013) estabelece de forma consistente o conceito de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Encontra-se esta forma de aplicação toda vez que uma corporação de um determinado país estabelece uma base de operações em algum outro país, seja adquirindo alguma companhia, ou formando uma *joint venture* na economia anfitriã. Constatou-se que os volumes de IED possuíam elevadas taxas até o momento da crise de 2008; superada a crise, os volumes de Investimento Direto Estrangeiro mais do que duplicaram, fazendo com que aproximadamente um terço das trocas realizadas no mundo ocorresse por meio de multinacionais. É ressaltado que o IED pode ser percebido na história desde que o pensamento econômico foi desenvolvido, inicialmente com a busca por metais preciosos, seguido do investimento em infraestrutura; porém, com o surgimento das manufaturas, os valores envolvidos em investimento estrangeiro aumentaram de maneira exponencial.

Moran (2013) ainda explora quais são os tipos de países que estabelecem relações de investimento; desmistificada a ideia de que os países desenvolvidos estabelecem somente relações com países em desenvolvimento, alega que relações comerciais trazem benefícios para ambos os países, contanto que estes sejam desenvolvidos. Moran (1999) difere os impactos do IED em economias desenvolvidas e países em desenvolvimento; economias em desenvolvimento possuem peculiaridades que fazem com que nem sempre as trocas internacionais sejam benéficas para todas as partes envolvidas no processo. Para tratar das economias em desenvolvimento, o

texto utiliza da distinção entre as formas de IED em duas subcategorias: IED na indústria extrativa e IED nas manufaturas. Por meio da análise, observa-se que, durante o período da grande crise em uma relação de países em desenvolvimento ou com renda baixa, o comportamento de cada nação neste tempo determinado indicaria alguns diagnósticos sobre as limitações das economias em desenvolvimento. As considerações realizadas para ambas as formas, ainda que possuam procedimentos distintos, consistem na boa gestão por parte das instituições, para que melhor orientem o crescimento sustentável do país em questão.

Moran (2013) exalta a tendência mundial de optar pelo IED e, como os fluxos de investimentos estrangeiros nas relações comerciais entre os países têm crescido ao longo dos tempos; além disso, ressalta que o IED é a opção mais segura, do ponto de vista das empresas, e que a ideia dos fluxos de capital externo soa agradável para o país anfitrião. Foi percebido que uma pequena parcela de países não se comportara bem ao fato de economias estrangeiras estabelecerem manufaturas em seu território e, a partir disso, lança alguns questionamentos a respeito desta tendência de investimentos oriundos de países vizinhos como, por exemplo, quando o IED ajuda ou prejudica uma economia (Moran, 2013).

Krugman; Obstfeld (1999 p. 172) também oferecem seus pensamentos acerca de uma definição de Investimento Estrangeiro Direto. Para os autores, o IED consiste em fluxos internacionais de capitais: uma empresa de um determinado país pode criar ou expandir uma filial em outro. Como característica mais marcante do Investimento Estrangeiro Direto, conforme Krugman e Obstfeld (1999 p. 172), no IED, além de existir uma transferência de recursos, também existe o controle da matriz, ou seja, a filial é parte da estrutura organizacional da empresa.

O investimento ainda pode ser compreendido como direto, que é percebido no momento em existem aplicações no surgimento de empresas ou na participação – por meio de ações – em firmas já existentes; tem-se, também, o investimento indireto, que é notado a partir de empréstimos ou financiamentos a longo prazo (Rodrigues; Hendler, 2018, p. 7). Vale atentar que as motivações das empresas de se estabelecerem em países vizinhos derivam de vantagens como: 1) maiores facilidades fiscais ou legislativas

quando em comparação ao país origem; 2) expectativas de variações cambiais favoráveis; 3) temor por mudanças fiscais no país origem (Rodrigues Hendler, 2018, p. 7)

Rodrigues; Hendler (2018, p. 7) ainda apresentam explicações de origem ortodoxa e heterodoxa das questões que envolvem o pensamento sobre Investimento Estrangeiro Direto. Na corrente ortodoxa, também chamada de neoclássica, os autores se valem do argumento de YAO (2014), que aponta quatro razões para o investimento no exterior por parte de uma empresa, são elas: acesso a mercados; redução dos custos de produção; acesso a recursos naturais específicos; e acesso à tecnologia e conhecimento técnico.

Ainda é possível fazer a categorização dos investimentos sobre elas; o banco mundial oferece as seguintes definições: estratégia de natural *resource-seeking*, que visa a internacionalização das empresas, buscando recursos específicos sob custos reduzidos; a estratégia de *market-seeking*, na qual um país recorre a outro país, abundante em recursos dos quais o investidor carece, normalmente, essa forma de investimento se dá devido a uma expansão no mercado; na *efficiency-seeking*, o país procura aprimorar a produção e, com isso, recorre a países que apresentam uma maior eficiência nas etapas necessárias para produção de um determinado bem ou serviço; e, por último, está a *strategicas set-seeking*, estratégia que procura o estabelecimento de uma firma em outro país, pois existem vantagens estratégicas que a empresa não encontraria no país sede (FRUMAN, 2016). Por vezes, as explicações de cunho ortodoxo não oferecem instrumentos necessários para entender a motivação de um país como o da RPC, por exemplo, uma vez que a RPC tem uma forte presença do Estado na busca pela internacionalização das empresas (RODRIGUES; HENDLER, 2018, p. 7).

A explicação de origem heterodoxa para os investimentos diretos envolve relações mais rebuscadas, como o interesse das empresas de adquirir conteúdo tecnológico; além da ideia de antecipar os movimentos dos concorrentes, em que é possível notar traços de centralização e apropriação por parte das companhias (RODRIGUES; HENDLER, 2018. p. 7).

No país de origem, o IED tem a capacidade de apoiar as metas de desenvolvimento. Já no país receptor, têm-se os efeitos de transferência de tecnologia, uma vez que o país pode ter acesso a recursos que não estão

disponíveis no mercado doméstico e perceba-se a capacidade de elevação no volume de importações, seja abrindo novos mercados, seja por meio do incremento de demandas intermediárias (STEPHENSON; PEREA, 2018). Considerando o contexto dos países em desenvolvimento e as implicações do IED, Stephenson; Perea (2018) pontuam:

OFDI from developing countries can thus be used both as a 'springboard' and as a 'stepping stone.' When targeting *developed* markets, developing country firms use OFDI as a 'springboard' to acquire new capabilities (Luo and Tung 2007), in contrast to developed country firms, which generally exploit existing capabilities when under taking OFDI. When targeting other *developing* markets, OFDI can be used as 'steppingstone' to first enter smaller, closer, and more similar economies (Arita 2013). Part of the reason maybe the 'institutional advantage' that developing country firms have in other developing countries, given their experience operating in uncertain and corrupt investment climates (Cuervo-Cazurra and Genc, 2008) (STEPHENSON; PEREA, 2018, s/p).

Com base nessas informações, é possível notar instrumentos para compreender as motivações da RPC em explorar os recursos naturais na América do Sul e os possíveis desdobramentos do IED na região. Visto que os conceitos já estão dados, é possível uma análise sobre o início das relações bilaterais entre a América do Sul e a RPC, bem com o desenvolvimento do investimento na região e possíveis consequências.

3.2 MOTIVAÇÕES DA EXPANSÃO PARA A AMÉRICA DO SUL

É importante ressaltar aqui a justificativa da escolha do subcontinente, ao invés de abordar as relações da Sino-Latino-Americanas como um todo. Os países sul-americanos apresentam características específicas no conteúdo dos bens (Ouriques, 2015. p. 8). Jaeger (2017) afirma que o subcontinente ainda é superavitário nas relações comerciais estabelecidas com a RPC. Cunha (2007, p. 101) alega que é perceptível a existência de padrões distintos entre os países sul-americanos e os demais países da região. Dois fatores são tidos como fundamentais para a compreensão da distinção entre os países da América do Sul e os demais; o primeiro ponto, já citado, é que as relações de trocas comerciais entre a RPC e os países sul-americanos é mais equilibrada. O

segundo ponto é a abundância de recursos naturais existentes no subcontinente, que representam grande parte dos interesses dos países desenvolvidos na região e faz com que a América do Sul seja favorecida em se tratando da demanda chinesa (VADELL, 2011 p. 61-62). Logo, o comportamento da RPC em relação ao IED se mostra diferente de acordo com a região da América Latina a ser estudada. Além disso, os interesses e os recursos disponíveis também não são os mesmos.

3.3 DESENVOLVIMENTO DO IED COM A AMÉRICA DO SUL

Ao longo das últimas três décadas, a globalização vem alterando o formato das trocas e a lógica da produção de bens e serviços a nível global. Os Estados Unidos ainda possuem o *status* de país central no sistema econômico internacional. Porém, a RPC tem demonstrado uma capacidade surpreendente em termos de crescimento de produto e capacidade de inserção internacional, além do fato promover constantes investimentos em diferentes regiões do globo, como América do Sul, Ásia Central e todo o Sul da Ásia, para chegar à África.

Uma ação chinesa que exemplifica bem o processo de transformação que a RPC optou por fazer, e principalmente a intensificação dos investimentos realizados por meio de ação estratégica em diversos países do mundo, foi um programa realizado durante a segunda década dos anos 2000, chamada Belt and Road Initiative (BRI); visa promover, entre países estratégicos, um maior volume de interações por meio de uma rota de relações comerciais marítima, terrestre e aérea (Girón, 2020).

O BRI visa estabelecer uma estrutura de grande escala, por meio de obras de infraestrutura, nos mais variados países em praticamente todas as regiões do mundo. Um programa de investimentos como o BRI garante à RPC o fornecimento de bens primários dos quais o país carece e promove o desenvolvimento da infraestrutura dos outros países (GIRÓN, 2020). A forma como a RPC estabelece as relações de investimento consiste na análise realizada pelo governo acerca da rota, em seguida os bancos Estaduais de desenvolvimento realizam alguns empréstimos; então, tais bancos estabelecem

contratos com empresas do ramo de construção, também chinesas (GIRÓN, 2020, p. 31). Os chineses acreditavam que a horizontalização das relações com seus parceiros era fundamental para o sucesso do país, muito pelo fato de possuírem baixos custos operacionais e porque este país, por tradição, é um grande ofertante de produtos primários (JAEGER, 2017).

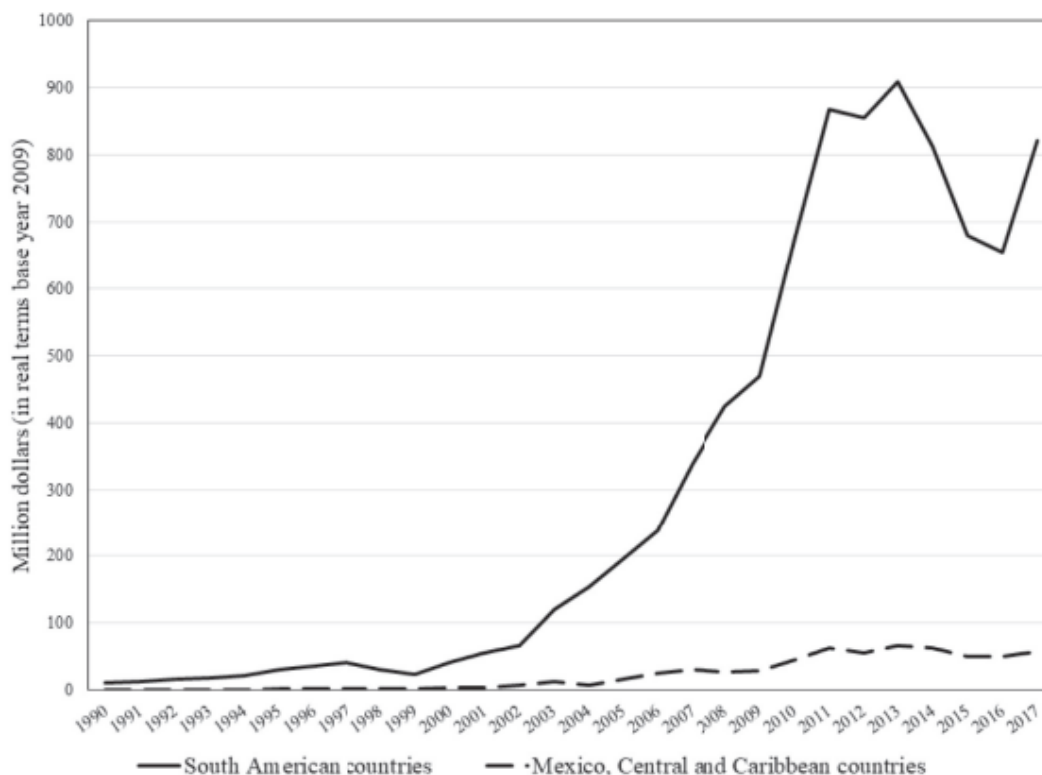
A RPC pela primeira vez alcançou o primeiro lugar no IED mundial em 2020, atingindo a marca de US\$ 153,71 bilhões; a maioria dos receptores são países que pertencem ao BRI e estão majoritariamente localizados na Ásia, Europa e África (GLOBAL TIMES, 2021). Este motivo pode surgir como justificativa para essas regiões receberem o maior volume do investimento chinês. Um novo estudo, realizado por Xiaoyan Ren e Shuili Yang (2020), joga luz para os fatores levados em conta na escolha do IED por parte da RPC. Consta que fatores como distância cultural, distância geográfica e distância institucional podem restringir sim o volume de IED realizado por parte da RPC, enquanto a distância econômica e a distância informacional não são barreiras tão fortes para o investimento chinês (Ren; Yang, 2020 p.9). Tal teoria serve de apoio para o entendimento da ação da RPC em países em desenvolvimento, como os situados na América do Sul, mas também os Estados que estão presentes em regiões que possuem uma proximidade maior com a RPC, recebem um elevado fluxo anual de investimento devido ao *déficit* tecnológico do país com as regiões.

A RPC se dispõe a evitar a barreira da distância para obter recursos naturais, ou seja, países abundantes em recursos naturais podem anular a distância geográfica (REN; YANG, 2020 p. 8). Notoriamente, ainda que a distância geográfica seja anulada, a América do Sul é influenciada pelos outros fatores levados em conta neste estudo, como a distância cultural e institucional. Entende-se, então, que estas razões servem como justificativa para que a América do Sul não consiga superar outras regiões nas preferências pelo IED da RPC.

O gráfico a seguir (GRÁFICO 2) evidencia o volume de exportações realizadas entre os países da América do Sul e do México, com o intuito de mostrar a importância da entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma vez que se percebe um aumento exponencial a partir do ingresso do país

na organização, que resultou no incremento das relações comerciais entre o país e a região.

GRÁFICO 2 – EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E DO MÉXICO PARA A CHINA

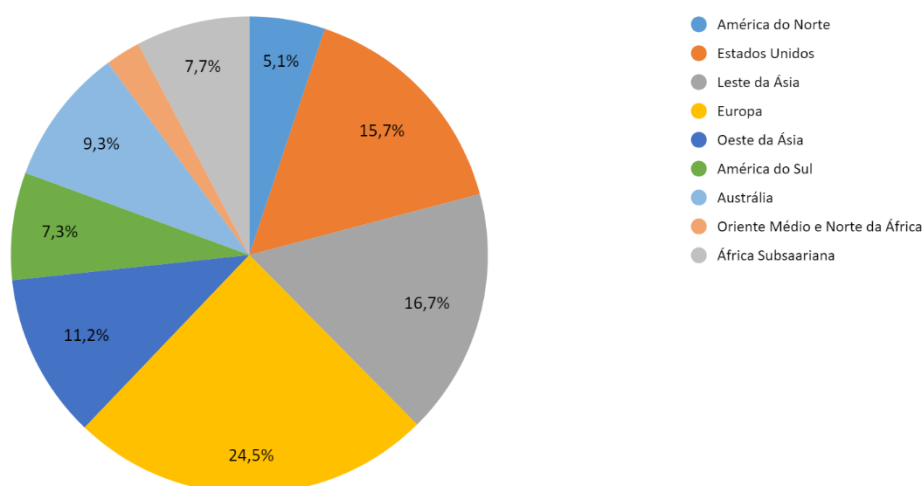


Fonte: ARTEGA; CARDOZO; DINIZ. 2020, p. 4

No gráfico a seguir (GRÁFICO 3), tem-se a proporção dos investimentos feitos em diversos setores por parte da China no período; 2005 e 2020 são os anos que delimitam o gráfico. Percebe-se que, em termos de quantidade, o número de investimentos na Europa se aproxima de um quarto do IED chinês. Vale ressaltar que o interesse e o foco do IED variam de acordo com as intenções da China em cada continente. Na região da Ásia e da Europa, isso ocorre por motivos de distância reduzida, custos de transações baixos e pelo fato de o continente possuir uma quantidade variada de países com abundância em recursos distintos; é possível perceber uma melhor distribuição dos investimentos realizados por parte da RPC. Porém, em regiões (África e América do Sul) em que se destaca o setor de *commodities*, nota-se uma ação

mais direcionada da RPC, que dá um enfoque para a obtenção de recursos naturais.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO IED DA CHINA NO MUNDO (ACUMULADO 2005-2020)



Fonte: CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2021

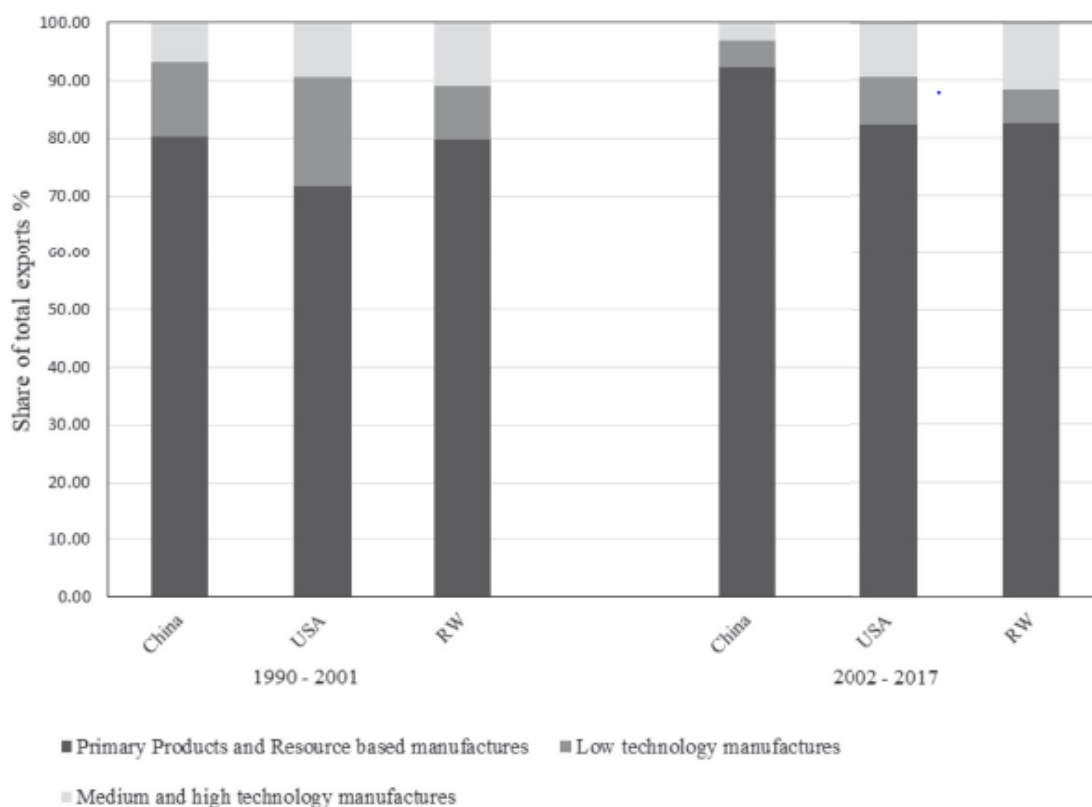
Na América Latina, os investimentos realizados datam de um período anterior à crise de 2008. Os números registrados entre 2005-2008 quase que totalizam os US\$185 milhões, sendo que 15 empresas totalizam 61% deste valor. Apesar de existir interesse em quase todos os setores disponíveis, de maneira geral, tem-se quatro ramos que atraem maior interesse: agricultura (Sinomach), transporte, (China Communication Construction), mineração (Chinalcoe Chengdu Tianqi) e energia (Sinopec, State Grid, Three Gorges, China Energy Engineering, Power Construction Corp., CNPC, China National Nuclear, CNOOC, CITIC y Sinochem) (GIRON, 2020). Girón utiliza os dados levantados para reforçar o fato de que a China necessita das *commodities* para o sustento do país. Sobre este assunto, o autor afirma:

Los proyectos dedicados a la generación de energía se encuentran relacionados a la extracción y refinación de petróleo, plantas hidroeléctricas, energías nucleares y energías renovables; al considerar únicamente este sector, las empresas han destinado el 54% de su inversión, por un monto de casi \$100 mmd (The American Enterprise Institute, 2018, s.p). De esta manera se puede establecer a América Latina como proveedora de insumos, validando el argumento mencionado por la OECD al plantear que el aprovisionamiento es una

condición necesaria para apuntalar a China como una potencia mundial. (GIRÓN, 2020, p.32)

De maneira geral, os investimentos da China na América do Sul são direcionados para a aquisição de matérias primas e formação de *joint ventures* para a obtenção de licenças, com a finalidade de explorar os recursos naturais pertencentes ao subcontinente. Quando realizadas obras de infraestrutura, o objetivo é uma maior participação das empresas chinesas que possuem laços estreitos com Pequim (RODRIGUES; HENDLER. 2018 p. 17). Vadell (2011) é categórico e seus escritos se alinham com tal pensamento; o autor afirma que os investimentos em infraestrutura, realizados na região, nada mais servem do que para o escoamento de matérias primas. A análise da participação total nas importações totais da América do Sul (GRÁFICO 4) para o mundo auxilia o entendimento do papel que os países desenvolvidos atribuem aos sul-americanos e mostra o crescimento do interesse dos chineses em produtos de baixa tecnologia nos períodos analisados.

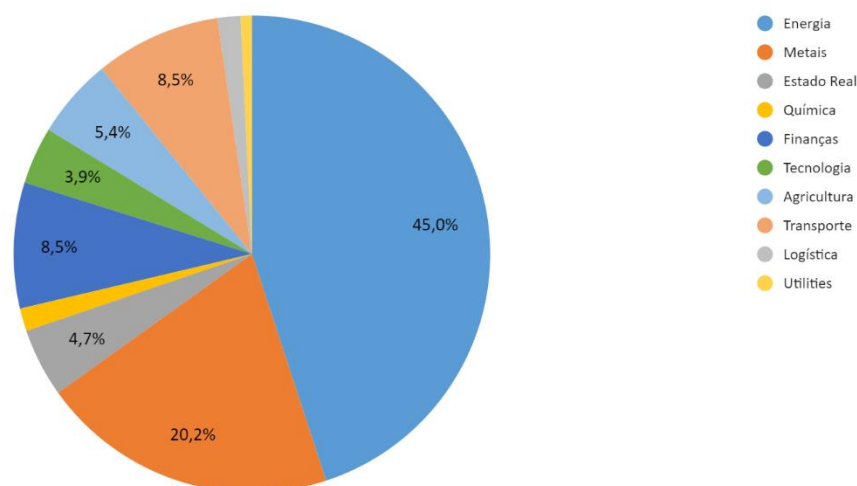
GRÁFICO 4 – CONTEÚDO DAS EXPORTAÇÕES FEITAS DA AMÉRICA DO SUL PARA CHINA, EUA E DEMAIS PAÍSES DO MUNDO



Fonte: ARTEGA; CARDOZO; DINIZ. 2020. p. 6

Na figura (GRÁFICO 5), nota-se a composição do IED chinês entre 2005 e 2020 em território sul-americano, onde destacaram-se o setor de energia, a exploração de metais, o sistema de transportes e as finanças; totalizando juntos 82,2% dos investimentos da China na América do sul.

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DO IED CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL POR SETOR NO PERÍODO DE 2005-2020



Fonte: CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2021

Dado o tamanho e a proporção da conjuntura chinesa, um aumento na demanda por um bem, por parte da China, tem um potencial de afetar os preços do mundo todo. Foi o que aconteceu com as *commodities* entre 2002 e 2017: o índice de preços do petróleo aumentou 98,06%, os preços dos metais, 195,40%, enquanto os preços agrícolas, 54,99% (ARTEGA; CARDOZO; DINIZ, 2020). Vale salientar a forte presença do Estado chinês nas relações com as empresas que marcam presença na América do Sul, que, de certa forma, são mais um manifesto dos interesses estratégicos do país no continente; o que Zhang (2019) fez questão de diferenciar é que as empresas com parceria do Estado de fato têm interesse maior na captação de recursos naturais. Por ter um caráter estatal, os investimentos e interesses dos chineses na América do Sul ensejam a interpretação de um padrão de investimentos que esteja voltado para os interesses estratégicos e não para o lucro em si (RODRIGUES; HENDLER, 2018, p. 22).

O desejo de satisfazer esta demanda expandida e seus consequentes incrementos de preços tem atraído investimentos de empresas chinesas em outros países da América Latina (ARTEGA; CARDOZO; DINIZ. 2020 p. 7). A presença do China Development Bank (CDB) e do Banco de Exportação e Importação da China (Ex-Im Bank) possibilitou financiar projetos na América Latina no valor total de US\$ 137,11 bilhões durante o período de 2005–2019. A maior parte desse financiamento é destinada ao setor de energia (67,08%), mas também há créditos para projetos de infraestrutura, mineração, entre outros. Conforme a tabela (TABELA 3) destaca, Venezuela, Brasil, Equador e Argentina concentram 92,34% desses recursos (ARTEGA; CARDOZO; DINIZ, 2020, p. 7).

TABELA 3 – EMPRÉSTIMOS REALIZADOS DO CDB E DO EX-IM BANK PARA A AMÉRICA LATINA ENTRE 2005 E 2019

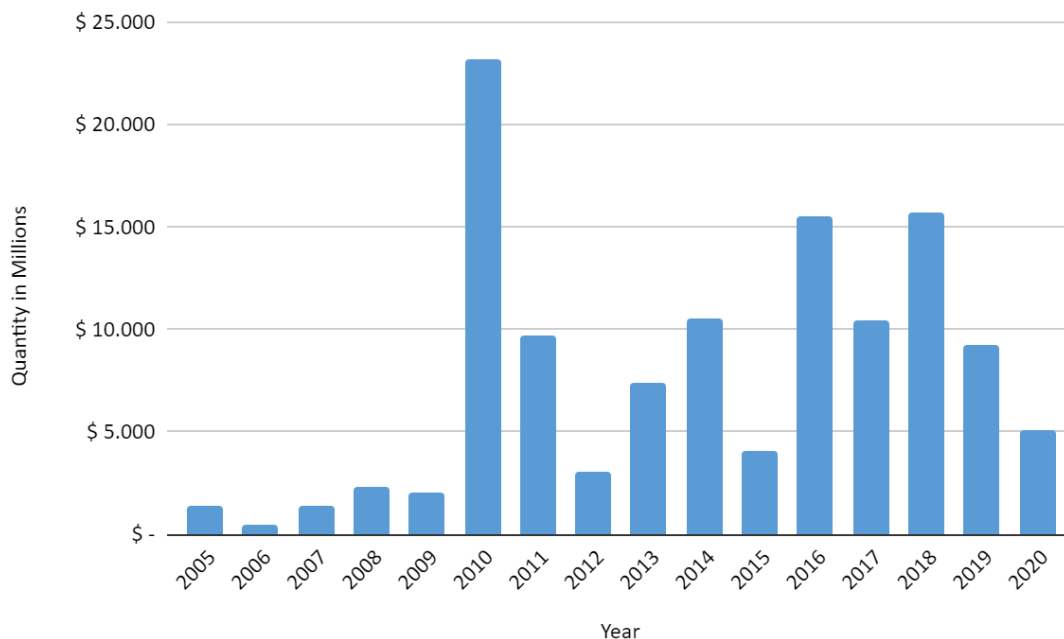
Loans from CDB and Ex-Im Bank to Latin America between 2005 and 2019.

Country	Amount (Billions of US\$)	Share of total (%)
Venezuela	62.20	45.37%
Brazil	28.90	21.08%
Ecuador	18.40	13.42%
Argentina	17.10	12.47%
Bolivia	2.40	1.75%
Mexico	1.00	0.73%
Dominican Rep.	0.60	0.44%
Costa Rica	0.40	0.29%
Peru	0.05	0.04%
Other countries	6.06	4.42%
Total	137.11	

Fonte: ARTEGA; CARDOZO; DINIZ 2020, p. 8

Destaca-se ainda que, no período de 2005-2017, a América do Sul foi o 4.º principal destino dos investimentos estrangeiros chineses, recebendo valores que giram em torno de US\$ 144 bilhões e ficando atrás somente da Europa (US\$ 291 bilhões), África Subsaariana (US\$271 bilhões) e Ásia Ocidental (US\$ 240 bilhões). A seguir, tem-se o acúmulo de projetos individuais acima de US\$ 100 milhões, realizados no subcontinente (RODRIGUES; HENDLER, 2018, p. 18). A análise da seguinte ilustração (GRÁFICO 6) permite ter alguma dimensão do histórico de IED da China na América do Sul a partir de 2005.

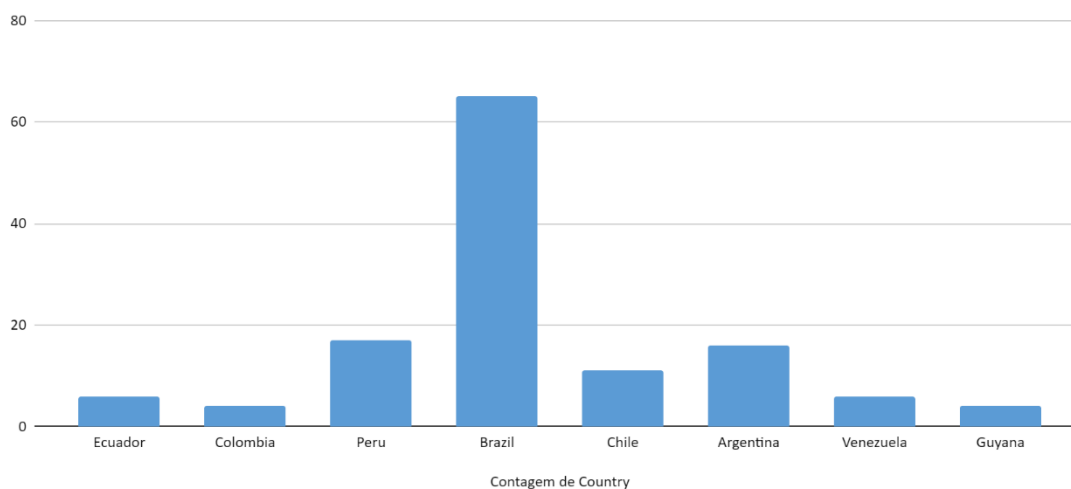
GRÁFICO 6 – RELAÇÃO ENTRE OS VALORES (EM US\$ 100 MILHÕES) DESTINADOS À AMÉRICA DO SUL E OS RESPECTIVOS ANOS



Fonte: CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2021

Na figura consta o número de projetos realizados nos países; observa-se que o Brasil detém predomínio na preferência pelos investimentos chineses no subcontinente, com 50% dos projetos realizados em solo brasileiro. Destacam-se também o Peru e a Argentina, com cerca de 13% e 12% respectivamente.

GRÁFICO 7 – PROJETOS REALIZADOS NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL NO PERÍODO DE 2005-2020



Fonte: CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2021

O gráfico mostra os países sul-americanos que Dussel Peters (2020) julga como os principais em termos de relações comerciais com a China. Para mostrar os avanços dos investimentos, o volume de empresas estabelecidas e ainda o número de empregos gerados a partir da participação dos capitais chineses na América Latina, tem-se que o destino preferido dos investimentos da China na América do Sul, como já mostrado nos dados anteriores, são Argentina, Brasil, Chile e Peru. Destacam-se as relações com o Brasil que datam de períodos que precedem o ano de 2005 e, também, o incremento nas relações com Peru e Chile nos anos que sucederam os acordos de livre-comércio feitos entre esses países e a China, ponto que será tratado ainda neste estudo.

TABELA 4 – RELAÇÃO ENTRE O VOLUME DE TRANSAÇÕES, EMPREGO GERADO E EMPRESAS ESTABELECIDAS A PARTIR DO IED NOS MAIORES RECEPTORES DE IED NA AMÉRICA LATINA

LAC: Chinese OFDI by main countries (2000-2019)

	2000-2005	2006-2009	2010-2019	2000-2019	2017-2019	2015	2016	2017	2018	2019
Argentina										
Number of transactions	0	1	30	31	15	0	3	5	7	3
Amount (\$US million)	0	4	12,880	12,884	2,297	0	215	1,413	538	347
Employment	0	200	17,266	17,466	10,130	0	670	4,824	4,136	1,170
Brazil										
Number of transactions	6	9	114	129	37	19	16	17	17	3
Amount (\$US million)	3,565	667	44,469	48,701	6,677	5,319	13,903	3,703	2,047	927
Employment	6,303	6,407	169,835	182,545	77,787	13,950	37,163	31,750	28,273	17,764
Chile										
Number of transactions	0	4	27	31	13	1	3	4	6	3
Amount (\$US million)	0	2,489	12,411	14,900	11,573	286	215	2,764	5,590	3,219
Employment	0	328	20,074	20,402	15,372	175	4,284	5,691	6,941	2,740
Mexico										
Number of transactions	4	10	76	90	40	9	5	23	11	6
Amount (\$US million)	563	525	6,836	7,924	4,312	1,001	181	2,733	726	853
Employment	6,354	6,166	36,278	48,798	25,207	4,915	1,955	18,099	3,338	3,770
Peru										
Number of transactions	0	12	27	39	8	1	1	3	3	2
Amount (\$US million)	0	4,639	20,019	24,658	8,037	2,500	6	1,635	1,512	4,890
Employment	0	10,031	32,388	42,419	16,434	3,000	195	8,300	5,905	2,229
TOTAL LAC										
Number of transactions	18	58	361	437	136	36	39	61	56	19
Amount (\$US million)	4,742	15,825	114,203	134,770	37,214	10,194	15,979	13,285	11,052	12,876
Employment	13,995	33,023	333,760	380,778	151,385	29,624	49,127	71,505	50,832	29,048

Fonte: DUSSEL PETERS, 2020, p. 7

Ainda que o crescimento dos capitais chineses na América do Sul seja pautado na proposta de crescimento mútuo, é necessário analisar fatores que ultrapassem o acréscimo nos ganhos do PIB na região. Isto porque os ganhos de curto prazo talvez não compensem os potenciais ganhos de uma possível

coordenação maior entre o IED recebido e as políticas que propiciassem desenvolvimento econômico. Além disso, devem-se analisar os impactos sociais relacionados ao investimento estrangeiro direto. Portanto, além dos milhões de dólares envolvidos nas trocas das relações sino-sul-americanas, cabe analisar outro ponto ligado ao aumento de tal relacionamento.

3.4 CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO

De modo geral, os entendimentos dos impactos gerados a partir dos investimentos estão diretamente ligados à concepção da corrente de pensamento que considera o assunto. Pode-se dizer que indivíduos que se alinham ao pensamento neoclássico/ortodoxo analisam que a presença de investimentos oriundos do exterior pode servir como modelo de inspiração para que as empresas nacionais busquem a internacionalização (MORAES, 2019). Órgãos tradicionalmente ortodoxos apontam para os possíveis perigos que surgem a partir da intensa participação de IED de outros países no subcontinente.

Freitas; Bielchowski (2018) apresentam parte da literatura que levanta a possibilidade da busca por recursos naturais nos países em desenvolvimento ser uma espécie de “maldição”, visto que a América Latina carece de uma estratégia de longo prazo que harmonize as intenções da China com o progresso econômico e social da região. Os autores ainda trazem cinco inconstâncias encontradas nas relações sino-latino-americanas (FREITAS; BIELCHOWSKY, 2018, p. 24).

O primeiro ponto é que a China permite a entrada das exportações de outra região somente no caso destas virem acompanhadas de outros benefícios para o país, enquanto a expansão do país para a América do Sul é um espaço livre para as aquisições por parte da China, sem qualquer forma de exigência (FREITAS; BIELCHOWSKY, 2018 p.24).

Em segundo lugar, os impostos primários são prejudicados, seja pela forma inadequada, ou pela precarização do processo, tanto em casos de capitais estrangeiros ou nacionais, fazendo com que estes não sejam

traduzidos em benefícios reais para a população (FREITAS; BIELCHOWSKY, 2018, p. 24).

O terceiro fator consiste no fato da exportação de recursos naturais ser pouco intensiva em mão de obra, o que dificulta a existência dos efeitos de encadeamento produtivos no progresso técnico a nível local. Deste ponto deriva uma preocupação com a reprimarização das economias no subcontinente, visto que o progresso técnico sob influência dos países já desenvolvidos não engloba a região que se encontra às margens da promoção e difusão de tecnologia (FREITAS; BIELCHOWSKY, 2017, p. 24). Nessa direção, ainda se nota que as relações entre os sul-americanos e a China, durante o período 2001-2016, impactaram diretamente no preço das *commodities* – principal item de busca da China em território sul-americano –, o que originou o chamado “boom das *commodities*” (LIMA; ELIAS, 2017, p. 14). Porém, o aumento das relações comerciais da China, sobretudo em países em desenvolvimento, tem demonstrado uma característica que é alvo de controvérsia na literatura. Mesmo que a América do Sul tenha um saldo favorável em relação às trocas realizadas com a RPC, a ampla maioria dos produtos exportados para China é primária, ao passo que a China vem se aprimorando cada vez mais em bens que são intensivos em capital (DURÁN LIMA; ELIAS, 2017, p. 14).

O risco eminente para este formato de comércio estabelecido é o reforço da ideia de reprimarização da economia da região (CEPAL, 2015), o que faz com que o pensamento de um incremento nas relações ou a imposição de barreiras à presença do País na região se faça necessário (LIMA; ELIAS, 2017, p. 14).

O problema que assume a quarta posição é o das constantes alterações cambiais. Em períodos de altas nas taxas de câmbio, as políticas macroeconômicas devem ser orientadas a evitar alterações que prejudiquem a produção industrial, com um enfoque dos fluxos de capitais de curto prazo, dado que estes acompanham os períodos de bonança econômica, mas atenuam as crises em períodos mais conturbados (FREITAS; BIELCHOWSKY, 2018, p. 25).

Por último, mas não menos importante, acredita-se que a exploração dos recursos naturais por parte dos chineses não tem sido acompanhada pelos

devidos cuidados ambientais, o que acarreta externalidades negativas não só para a região, como para o planeta inteiro (FREITAS; BIELCHOWSKY, 2018, p. 25).

A inserção da China na América do Sul, então, deriva da estratégia do país para obter acesso a recursos naturais da região e acesso a novos mercados por meio da expansão das empresas multinacionais chinesas; em alguma medida, atua por meio do preenchimento das lacunas que a região tem em relação à infraestrutura e, de alguma forma, a aquisição de tecnologia e recursos técnicos, que podem ser obtidas em algumas empresas brasileiras, por exemplo (RODRIGUES; HENDLER 2018 p. 22).

Ainda no artigo de Rodrigues; Hendler (2018) tem-se que a presença de Pequim na América do Sul extrapola a esfera econômica e atinge a esfera do Estado; o país, por meio de alianças políticas, diplomáticas, militares e até mesmo geopolíticas, faz com que a presença da RPC na América do Sul não seja somente reservada ao investimento ou financiamento via transferência de recursos, mas também à aquisição e controle organizacional das empresas. Vadell (2011) é muito claro ao afirmar que mesmo que diversos benefícios derivem das relações com a China, os países da América Latina dependem mais da China do que do que esta deles.

Logo, a conexão da América do Sul com a China, intensificada pela diplomacia, mostra-se desbalanceada no sentido de que os impactos do IED da RPC nos países, a longo prazo, podem apresentar algumas inconstâncias. Dessa ideia deriva a possibilidade de analisar mais a fundo o pensamento da ascensão pacífica chinesa e como esta proposta é relacionada com a participação da RPC nos principais receptores do IED do país asiático.

4. RELACIONAMENTO PACÍFICO E OS MAIORES RECEPTORES DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

O pensamento de Zhou Enlai é basicamente a doutrina adotada pela China quando o país visa maior inserção no grupo hegemônico mundial e, com isso, a busca pelo maior volume de influência nas decisões nos próximos rumos do desenvolvimento econômico mundial. Visentini (2011) apresenta os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, que simplificam a forma de atuação adotada pelo país; são eles: a preservação da soberania e da integridade nacional, a não agressão, a não ingerência ou intervenção em outras nações, a reciprocidade e a igualdade e, por último, a coexistência pacífica entre os Estados, independentemente de suas motivações ideológicas ou seus sistemas políticos. Taticamente, a China tem atualizado os meios de atingir suas metas, que variam de acordo com os recursos disponíveis e o contexto econômico do momento (PECEQUILO; CARMO, 2014, p. 38).

A ideia geral da China é a projeção mundial, adotando uma conduta na qual o país visa a não contestação da ordem mundial ou dos países que compõem a hegemonia mundial. O pragmatismo chinês é aliado a um comportamento em que o Estado dispensa o confronto direto e, como Pecequilo; Carmo (2014) dizem, o país busca uma “expansão silenciosa” dos seus interesses em escala regional, mundial e global (PECEQUILO; CARMO, 2014, p. 39). Percebe-se, por consequência, que o objetivo do país é não oferecer qualquer espécie de ameaça para as outras nações e, ao mesmo tempo, mostrar-se apto para o desenvolvimento.

O próprio pensamento de ascensão pacífica se origina de um pensador próximo ao presidente Hu Jintao e teve o objetivo de surgir como resposta a países que apontavam a China como uma possível ameaça ao crescimento das potências mundiais. A interpretação oferecida pela China era de que suas reformas, que propiciaram o crescimento econômico, a abertura comercial e o gradual aumento no volume de inserção mundial se deram por meio de um ponto de cooperação em que todos os países ganhavam; além disso, a forma de socialismo aos moldes chineses não é nem isolacionista, nem expansionista. Ainda que a RPC tenha acesso ao mercado mundial, devido ao seu tamanho e recursos disponíveis, o país dispõe de plenas condições para

lidar com questões relacionadas ao desenvolvimento (PECEQUILO; CARMO, 2014).

Pecequilo; Carmo (2014) destacam que os esforços chineses estão voltados para a afirmação de que os mecanismos usados pelo Estado serão diferentes de outros países que já emergiram ao longo da história, usando o exemplo de Alemanha e Japão, durante a Segunda Guerra, que tentaram adotar uma estratégia que visavam a imposição de sua força na busca pela hegemonia global; ou, também, o modelo de dominância por meio da liderança ideológica, observado durante o período da Guerra Fria. Os autores afirmam que o crescimento da RPC surge como uma grande oportunidade para os países ao redor do mundo, uma vez que este tem plena condição de compartilhar este processo. Em outras palavras, o pensamento de Pequim é evitar a associação do modelo de expansão adotado pelo país aos padrões encontrados na história (PECEQUILO; CARMO, 2014)

Os frutos rendidos à China dessa relação se iniciam com o reconhecimento, por parte dos sul-americanos, da China como economia de mercado no âmbito da OMC. Nas palavras de Vadell (2011):

Reconhecer a China como economia de mercado implica dar ao país as condições de utilizar as regras plenas da OMC, em vez de obrigá-la a sujeitar-se às regras especiais para economias que não sejam de mercado. Isto é, eventuais litígios comerciais devem ser levados à OMC e evitar que um país aplique represálias comerciais ou medidas *antidumping* unilateralmente contra a China. Na prática, isso significa que as possibilidades de utilizar instrumentos de defesa comercial contra a entrada de produtos chineses diminuem e aumentam os empecilhos – ou os custos – para a abertura de painéis contra a China (VADELL, 2011 p. 69).

A materialização das intenções da RPC com o mundo está presente em um documento denominado “Livro Branco Sobre o Desenvolvimento Pacífico da China”. O documento evidencia o plano, na esfera político-econômica, para com os demais países do planeta; do documento é possível compreender os interesses do país e, mais do que isso, oferece instrumentos necessários para ter a dimensão de como a América do Sul assume um papel no plano de crescimento chinês, uma vez que constitui uma zona de interesse do Estado (RODRIGUES, 2020, p. 90).

A habilidade diplomática é uma das ferramentas utilizadas para o estreitamento das relações da China com países em desenvolvimento. Para

que barreiras comerciais sejam rompidas e a influência aumente em determinado país, medidas benéficas para o aumento de confiança e alguns investimentos, visando uma aproximação, são comumente realizadas entre a China e algumas economias emergentes (CINTRA; PINTO, 2017). Os projetos e mecanismos de inserção internacional criados pela China têm plena condição de competir e restringir a dominância estabelecida pelos países da Europa, juntamente como os Estados Unidos (HEILMANN; RUDOLF; HUOTARI; BUCKOW, 2014, p. 1).

Como parte do grupo estratégico de interesses da China, há a relevância de entender como se desenvolvem as ligações da RPC com os principais focos do IED do país na região. Para fins de elucidação a respeito das sino-sul-americanas, carece-se de um estudo que envolva a análise dos países aos quais é destinado o maior volume de IED, bem como a distribuição setorial e a atividade das principais empresas nestes países.

4.1 RELAÇÕES COM OS PRINCIPAIS FOCOS DO IED

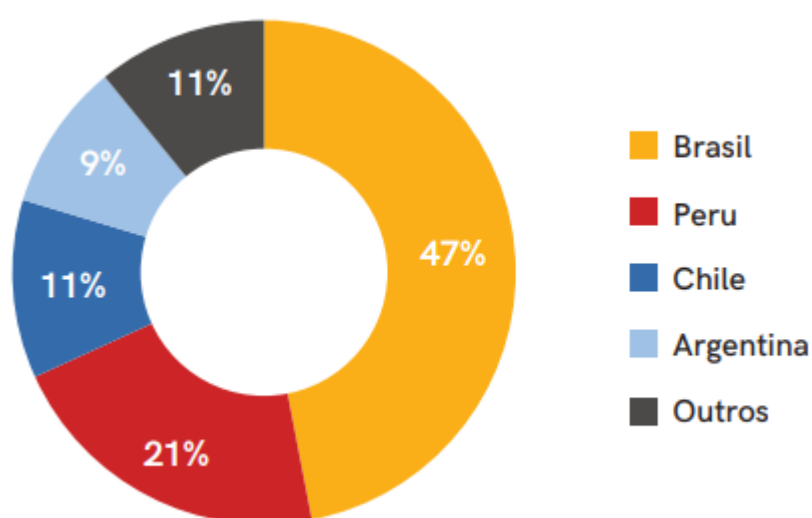
A disponibilidade em dialogar com os países sul-americanos durante o século XXI se manifesta nas visitas de autoridades políticas do país à América do Sul (RODRIGUES, 2020, p. 85). A presença de presidentes e primeiros-ministros ao subcontinente possibilitou o estabelecimento de alguns Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), principalmente durante o período de 2001-2015 (PETERS, 2015).

Um ponto capital para a compreensão de que a atuação diplomática da China tem fundamental importância para as relações comerciais firmadas entre a RPC e a América do Sul foi a visita realizada por parte do então presidente da China Hu Jintao aos países latino-americanos (Chile, Brasil, Venezuela e Cuba). Deste encontro, 39 acordos comerciais foram estabelecidos e ainda existiu a promessa de que a China investiria mais de US\$ 100 bilhões na região (VADELL, 2011, p. 67).

A análise dos vínculos firmados entre a China e os países sul-americanos que recebem a maior parcela do IED do país na região auxilia no entendimento da importância da atuação diplomática na busca por seus

objetivos. Dos quatro países que recebem maior parte do investimento chinês (Argentina, Brasil, Chile e Peru) (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER 2021; CEBC, 2021), dois possuem um APC que deram o suporte para o acréscimo das parcelas do IED recebido pela América do Sul; são eles Chile (2005) e Peru (2009) (RODRIGUES, 2020, p. 85). O gráfico a seguir mostra que Argentina, Brasil, Chile e Peru possuem números que se aproximam de 90% do estoque de investimentos chineses na América do Sul.

GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO DO IED NA AMÉRICA DO SUL POR PAÍS



Fonte: CARIELLO, 2021, p. 18.

O Estudo mais detalhado do IED chinês nos países de mais destaque surge como necessidade, pois é necessário analisar o histórico do envolvimento da RPC com os países e ainda tentar evidenciar as raízes e fatores que contribuíram para tais relações comerciais, bem como tentar traçar possíveis desdobramentos para o futuro da presença da RPC na América do Sul como um todo.

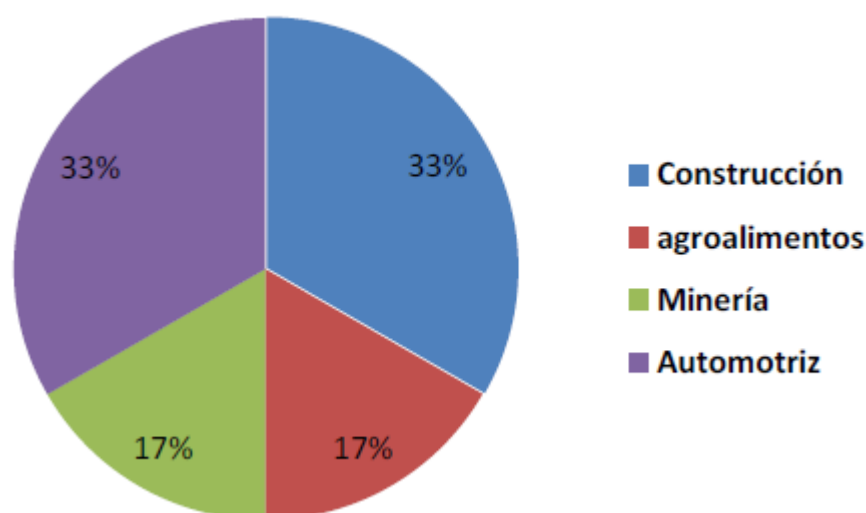
4.1.1 ARGENTINA

Na Argentina, observa-se uma atuação estratégica e, de certa forma, um voto de confiança realizado pela China para com o país sul-americano desde o início do século XXI. Isto porque, com a Argentina passando por uma situação

em que o *default* da dívida era declarado, diversas tentativas de renegociação por parte do governo e o acúmulo de ações judiciais fizeram com que a Argentina fosse isolada de certa forma; o ambiente para investimentos em solo argentino não se mostrava muito propício. A China surgiu como país predisposto a realizar investimentos em infraestrutura no país sul-americano, Pequim optou pelo *swap* de moeda e realizou empréstimos para projetos, seja por meio de compras diretas ou pelo processo de licitação (OVIEDO 2017, p. 22).

Existem dois momentos distintos que marcam a trajetória do IED chinês. O primeiro recorte temporal é o intervalo de tempo entre 2005 e 2009. Neste momento, destacam-se a indústria de construção, o setor automotriz, o setor de alimentação e mineração, concentrados nas províncias de Entre Rios, Córdoba, Santa Fé, La Pampa, Rio Negro, San Juan, Chaco e Buenos Aires. Destaca-se o investimento em torno de US\$ 100 milhões, realizados pelo grupo Hui Shang no ano de 2016 no ramo de agroalimentos (BUSILLI 2017). Dois terços do IED realizado na Argentina no período são divididos pelo setor de construção e a indústria automotriz, conforme o gráfico que segue:

GRÁFICO 9 – IED NA ARGENTINA NO PERÍODO DE 2005 - 2009

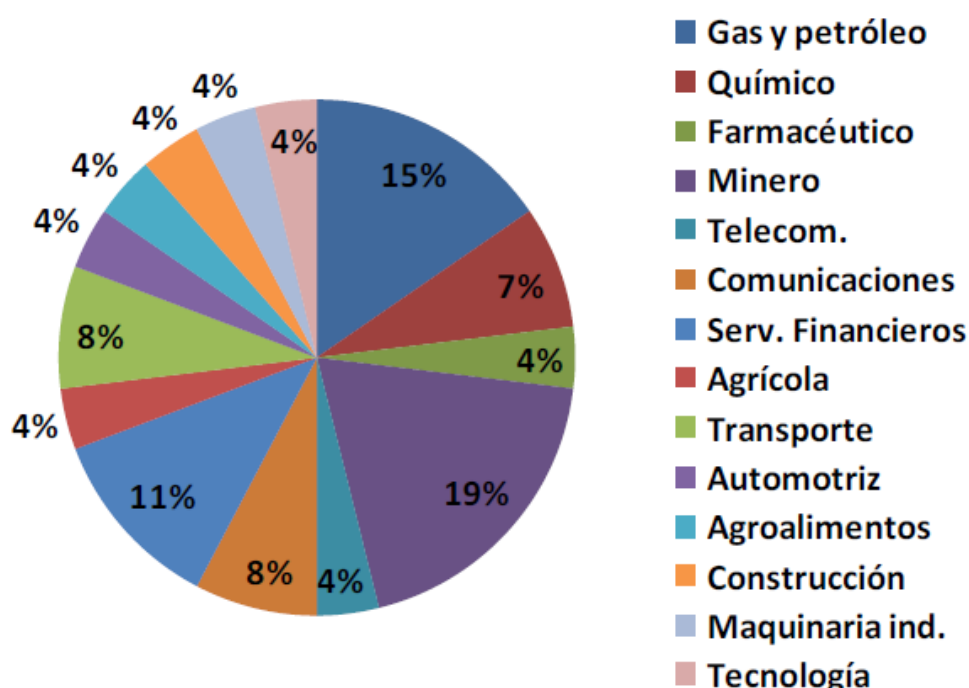


Fonte: BUSILLI, 2017, p. 99

O período de 2010-2015 já mostra outro comportamento, outros setores são privilegiados e as cidades que recebem a maior parcela do IED também se

alteram. O fluxo de IED para a Argentina triplicou, principalmente no período de 2010-2013. Neste momento, a capital Buenos Aires se torna a maior receptora do IED, com 24% dos projetos realizados na cidade. O setor de projetos passa a receber a maior parcela dos projetos (19%), seguido do setor de energia (15%) e do setor financeiro (11%). Nota-se, também, o ganho de complexidade no volume de IED realizado. Uma vez que se tem uma gama muito alta de setores recebendo investimentos (BUSILLI, 2017).

GRÁFICO 10 – IED NA ARGENTINA NO PERÍODO DE 2010 -2015



Fonte: BUSILLI, 2017, p. 99

Em 2010, dá-se o grande momento do investimento em hidrocarbonetos, em que a CNOOC compra a empresa Brida Corp por cerca de US\$ 3,1 bilhões, além de participação de SINOPEC na empresa Occidental Argentina Exploration & Production, por valores que beiram os US\$ 2,45 bilhões (BUSILLI, 2017, p. 100).

Ainda que o segundo período dos investimentos chineses demonstre um maior número de setores beneficiados pelo IED chinês, uma diferença marcante entre os dois momentos é que o primeiro tem como o principal receptor de projetos o setor secundário da economia, enquanto o segundo momento recebe o IED, em sua maior parte, no setor primário.

Em termos de expectativas, a Argentina mostra um avanço nas tratativas, a respeito do investimento em mineração – principalmente em cobre e lítio – por parte da China. O país sul-americano tem acordo com a Jiangsu Jiankang (JJA) para a produção de veículos e bateria. Tem-se, também, que o setor de energia possa vir a ser um receptor do IED chinês, uma vez que as autoridades políticas estudam recorrer aos capitais chineses para a realização de obras na área de tecnologia nuclear (CAMOLETTO, 2021).

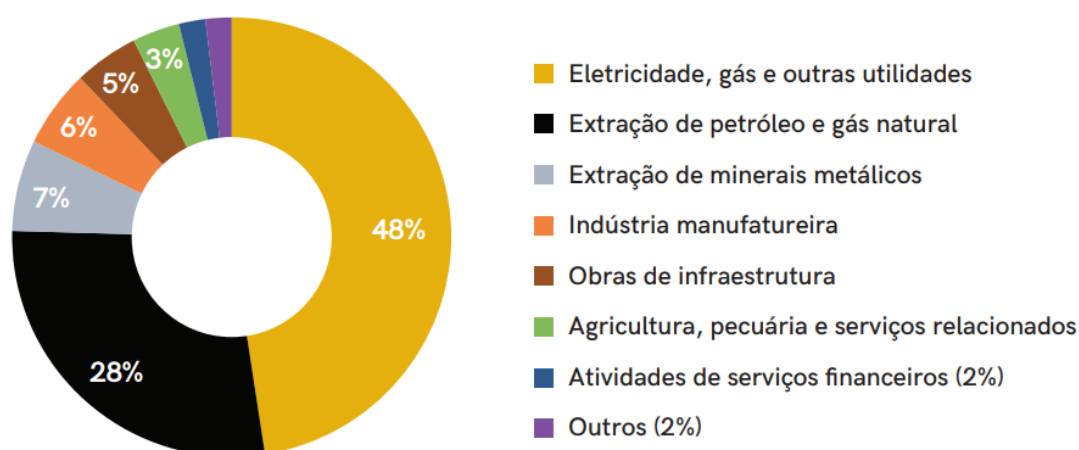
4.1.2 BRASIL

O estreitamento das relações sino-brasileiras coincide com a inserção da China na OMC. Em 2001, o presidente chinês Jiang Zemin visitou o Brasil, o que foi tido como um marco da ação diplomática da China. Em 2004, tem-se a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação (COSBAN), com a intenção de coordenar as inúmeras vertentes do comércio bilateral entre os países (ANDRADE; NARETTO; LEITE, 2015, p. 9). O século XXI foi o período do maior salto em valores das relações sino-brasileiras, quando o comércio bilateral saltou de US\$ 3,1 bilhões, em 2001, para US\$ 83,3 bilhões em 2013. A explicação oferecida por Andrade; Naretto; Leite (2015, p. 10) é que o aumento nas trocas foi a expansão industrial da China, que fez com que o Brasil tivesse um papel de fornecedor de *commodities* para auxiliar no suprimento das necessidades chinesas. Portanto, o surgimento da China como credor, mostra-se mais do que uma possibilidade de crescimento para o país; surge como uma alternativa de exportação para toda região, pois viam-se diminuídas, consideravelmente, suas relações com outros países (CUNHA; LÉLIS; BICHARA. 2012).

O Brasil é país que dispõe do maior número de projetos oriundos do investimento da China na América do Sul (TABELA 4). De acordo com o levantamento realizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), as empresas chinesas realizaram 176 projetos em território brasileiro, totalizando US\$ 66,6 bilhões entre os anos de 2007 e 2020. Em 2010, a China investiu US\$ 13 bilhões no Brasil, maior volume de investimento em um só ano (CARIELLO, 2021). A análise setorial mostra que existe um predomínio do setor de eletricidade, que, de acordo com a Cariello (2021), totalizou US\$ 31,4

bilhões. As empresas State Grid e China Three Gorges têm a maioria dos aportes no exterior, alocados no Brasil com fatias de 48% e 60% respectivamente.

GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DO IED POR SETOR DA CHINA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2007 – 2020



Fonte: Cariello, 2021, p. 23

Outro setor de grande relevância, em se tratando de cifras, é o de extração de petróleo, com participação de 28% no estoque de investimentos. Nos últimos anos, observa-se a ocorrência de sucessivos leilões, aos quais são atraídas grandes empresas estatais vindas da China, como a China Petrochemical Corporation (Sinopec), China National Petroleum Corporation (CNPC), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Sinochem Holdings Corporation (Sinochem). Fica perceptível a relevância do setor, ao analisar-se as exportações advindas da exploração de petróleo para o país asiático; crescem 180% entre 2010 e 2020, saltando de US\$ 4 bilhões para US\$ 11,3 bilhões, o que transformou o Brasil em um ator estratégico para a China nesse setor, nas vias comerciais e de investimentos (CARIELLO, 2021).

Embora os valores do IED tenham diminuído ao longo do tempo, nota-se uma variação setorial dos projetos que mostram que, ainda que a prioridade seja o abastecimento de recursos naturais no país, existe um amadurecimento no setor financeiro e de tecnologia da informação (CARIELLO, 2021). Como

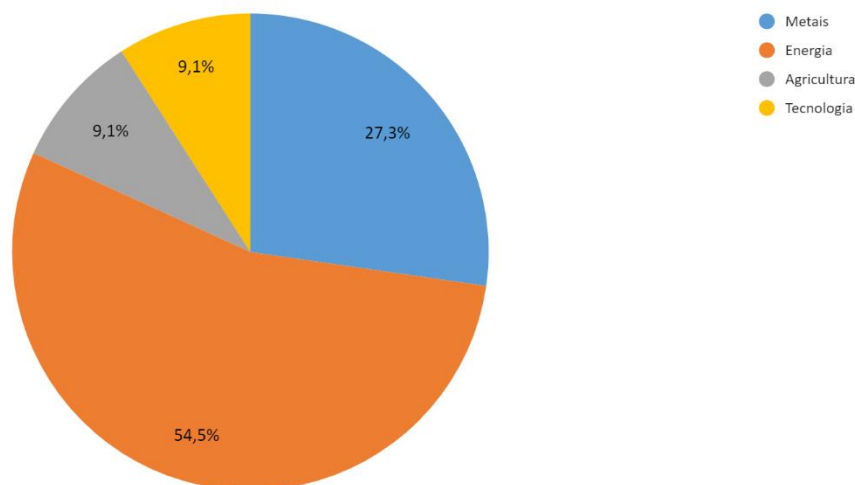
tendência para os próximos anos, surge o setor de serviços, visto que a aquisição da *startup* brasileira 99 por parte de uma empresa gigante da China, Didi Chuxing, no ano de 2008, fez com que a empresa brasileira fosse tida como a primeira *startup* unicórnio (PINTO, 2021). Outro exemplo, para notar a crescente tendência do interesse chinês no setor de serviços no Brasil, foi o aporte de US\$ 200 milhões da *fintech* brasileira NUBANK por parte da empresa Tencent.

4.1.3 CHILE

De acordo com Montalva; Navia (2007) o desenvolvimento das boas relações entre China e Chile data de 1970, ainda durante o golpe militar, o governo chileno foi o único na América do Sul a reconhecer o princípio de “Uma só China”. O país foi o primeiro a formar um APC com a China, assinado em 2005, que entrou em vigor no ano de 2006 (RODRIGUES, 2020, p. 85). O pensamento inicial era a busca de remoção de barreiras tarifárias e o estipulado foi a remoção das tarifas de 97% dos produtos (FTA CHINA-CHILE, 2005). Em 2008, um novo acordo comercial, que incluía o setor de serviços nas relações comerciais entre os países, também foi assinado – entrando em vigor somente no ano de 2010 (RODRIGUES, 2020, p. 85).

O IED no Chile se intensificou depois de 2010, quando o número de projetos aumentou consideravelmente, dando destaque para os setores de energia e mineração (CHINA INVESTMENT TRACKER, 2021)

GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE IED DA CHINA NO CHILE NO PERÍODO DE 2010 - 2020



Fonte: CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER 2021

Em 2016, o presidente da China, Xi Jinping, visitou o Chile, com o intuito de aprofundar ainda mais as relações com a China e inserir novos termos no acordo dentro do APC, o que serviu como um marco no volume de investimentos realizados por parte da China. 12 acordos foram firmados e os setores de mineração, energia limpa e comunicação foram priorizados (ALVAREZ, 2016). As justificativas para o incremento nas relações China-Chile foram: promover o comércio de produtos agrícolas; fortalecer a associação estratégica entre os países com o propósito de incentivar a cooperação em áreas de desenvolvimento; e realizar a planificação econômica e o fomento da conectividade e intercâmbio cultural (Ministry of Foreign Affairs of Chile, 2016). Outro ponto de destaque nas relações entre os países foi o desenvolvimento do Centro de Investigação e Desenvolvimento para Ciência e Tecnologia Agrícola (ALVAREZ, 2016).

Em termos de valores, a mineradora chinesa Chengdu Tianqi foi a empresa que mais investiu em uma só aquisição, realizando o investimento que gira em torno de US\$ 4,1 bilhão na empresa química chilena Sociedad Química y Minera (SQM), que trabalha com elementos como iodo e lítio (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2021). No agregado dos investimentos, tem-se a empresa State Grid, que surge com os maiores números destinados ao IED na China, com US\$ 2,23 e US\$ 3,03 bilhões nos

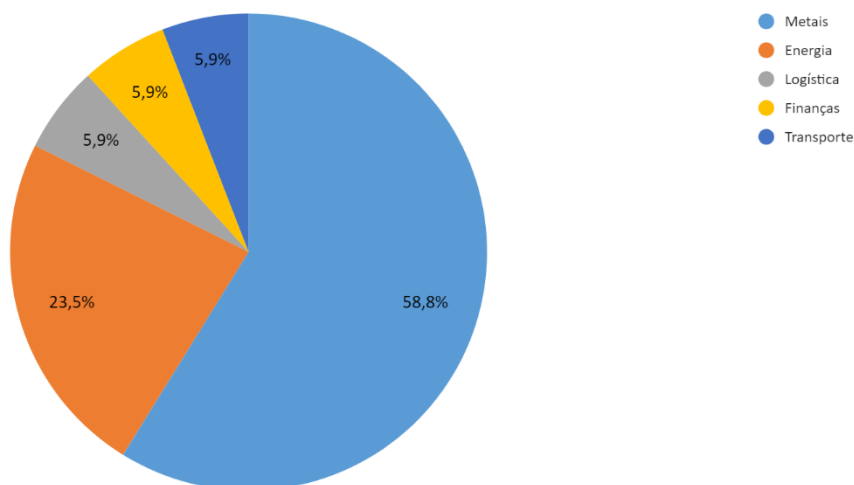
anos de 2019 e 2020 respectivamente (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2021)

4.1.4 PERU

O primeiro investimento da China feito dentro do Peru ocorre em 1992, quando a empresa Shougang adquiriu uma empresa pública de ferro chamada Hierro Peru, que serviu como um marco da retirada do governo peruano do setor de mineração (ECHAVE, 2018). Um novo momento dos investimentos da China no país andino foi durante a aquisição de vários projetos ainda em fase de exploração, os projetos Galeno na cidade de Cajamarca, Rio Branco, em Piura y Toromocho são exemplos de projetos com a presença de capitais chineses (ECHAVE, 2018).

Nesse período, dá-se a assinatura do segundo APC entre China e um país pertencente à América do Sul. Assinado em 2009 e entrando em vigor no ano de 2010, o acordo era aplicado em 90% dos produtos em ambos os países. Os peruanos tiveram vantagens comerciais com o acordo, dado que 83,52% das exportações realizadas pelo Peru tiveram tarifas removidas, enquanto 63% das exportações chinesas sofreram remoção das barreiras tarifárias (FTA CHINA-PERU, 2009). A redução das tarifas fez com que o cobre – um dos principais produtos exportados pelo Peru – sofresse remoção de suas barreiras tarifárias (RODRIGUES, 2020, p. 86). O gráfico mostra a prioridade do IED chinês no Peru para o setor de mineração; além disso, a área de energia figura entre os maiores investimentos (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2021)

GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DO IED NO PERU NO PERÍODO DE 2007-2020



Fonte: CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER 2021

A transação que envolve o maior investimento realizado no período mostra que não foi de uma maneira tão pacífica que ela ocorreu; não que a RPC e o Peru tenham desenvolvido um processo conflituoso. O que trouxe a turbulência para a aquisição foi a postura da empresa suíça Glencore, que inicialmente teria comprado o megaprojeto de Las Bambas no Peru. Para que a empresa da Suíça pudesse adquirir o projeto, precisaria da aprovação por parte das maiores economias do mundo: Estados Unidos, União Europeia e China. Pequim rejeitou a transação, alegando que a Glencore teria praticamente o monopólio da produção do cobre de todo o mundo caso efetuasse a aquisição de Las Bambas. Como imposição, a China exigiu que o negócio por Las Bambas fosse desfeito.

Com isso, Las Bambas passou a ser uma *joint venture* formada pelas empresas chinesas Minmetals (MMG), que possuiria 62,5% do projeto, Guoxin, com 22,5% e Citic, com 15%. Este processo também serviu como forma de consolidação da China no cenário mundial (ECHAVE, 2018).

Uma das discussões contemporâneas levantadas é a dos possíveis impactos ambientais causados pelas ações das empresas chinesas no país, além da inconstância entre os discursos e ações das empresas (ECHAVE, 2018). Um dos desafios que surgem e são de suma importância é a coordenação das ações da empresa, de modo que preservem da melhor forma o meio ambiente e a proteção efetiva dos direitos da população.

4.1.5 DIAGNÓSTICO DO IED NA AMÉRICA DO SUL

É notável que os últimos anos trouxeram a atuação das empresas chinesas para setores em que o IED tem o potencial de trazer maiores transbordamentos tecnológicos, uma vez que são menos intensivos em recursos naturais. Porém, a análise das proporções destes investimentos nos mostra que tais setores não se mostram significativos, dado que os valores direcionados a estes setores não são tão altos se comparados com as buscas de recursos de energia ou de metais, por exemplo.

Vale ressaltar que países como Brasil e Argentina possuem um volume e variabilidade de produção distintos em relação aos demais países da América do Sul (VADELL, 2011). Destes pensamentos, dois pontos podem ser levados em conta. O primeiro é que o pensamento de reprimarização faz mais sentido se levarmos estes países em conta, visto que, em termos de industrialização, Brasil e Argentina têm um destaque maior dentro da América do Sul e podem sofrer mais com o aumento da competitividade dos produtos chineses, ou até mesmo com o direcionamento de políticas específicas que priorizem um possível modelo agroexportador, como a desvalorização cambial, por exemplo. Porém, e disto deriva o outro ponto digno de consideração, é possível notar relações mais complexas, por meio de compra ou participação de empresas chinesas em mais setores da economia. Ainda que exista uma disparidade para as *commodities*, é possível notar a presença e o crescimento do IED com maior disposição setorial. É fato que o sucesso e o nível de absorção do investimento da RPC nesses dois países dependem dos rumos políticos que cada Estado seguirá.

Países como Peru e Chile historicamente possuem uma maior propensão a dar ênfase na produção de *commodities*. Por consequência, o peso de uma possível reprimarização se mostra distinto. O comportamento desses países se mostra mais fiel à estratégia da China na América do Sul, com a exceção de Brasil e Argentina, logo, o diagnóstico feito para esses países é mais compatível com o subcontinente. A ação objetiva da RPC faz com que a busca por produtos naturais em território sul-americano não seja questionada. A preocupação dos formadores de políticas para a presença não

parece ser pautada nos bens que a China demanda da região, mas sim a forma como isso acontece. Em outras palavras, o entendimento que se tem é de que a preocupação com o meio ambiente tem sido maior. Compreende-se que a atuação chinesa na América do Sul é benéfica se vier acompanhada de uma preocupação maior, se preservar a manutenção das riquezas ambientais da região.

Fica evidente, por meio do estudo realizado com os principais países da América do Sul que, de fato, a presença do IED chinês no subcontinente não acarretou diretamente problemas entre algum país com a região. Porém, é necessário analisar o relacionamento entre os países sul-americanos com a presença da RPC. A presença dos capitais chineses na região pode prejudicar os grupos econômicos da América do Sul, principalmente se for analisada a gradativa diminuição da participação do Brasil – que mantinha os maiores valores nas transações com os sul-americanos – no MERCOSUL (JAEGER, 2017).

Outro ponto a ser considerado é que o fato da proposta de crescimento chinês ser dita como pacífica. Pontos estudados ao longo deste trabalho nos fazem pensar se a relação entre país e continente tem se mostrado benéfica, pois os países pertencentes à América do Sul historicamente não demonstram um potencial muito alto de captação dos investimentos estrangeiros, muito pelo fato da produção de recursos primários dificultar este processo, dado o baixo valor agregado das *commodities*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ascensão econômica chinesa surgiu como resultado de políticas de um partido que se mantém, até os dias de hoje, no poder e que por meio do planejamento de longo prazo contribuiu para o crescimento do país. O corpo do trabalho mostra que, ao longo do tempo, o caráter pragmático da RPC se mostrou fundamental para que o país entendesse cada situação vivida, não somente no cenário doméstico, mas também com uma visão global. Em um primeiro momento, o país se mostrou aberto a capitais estrangeiros e se mostrou disposto a absorver da melhor forma e desenvolver políticas específicas para certificar que o *know-how*, obtido a partir das empresas estrangeiras nos outros países, contribuiria da melhor forma para o processo de industrialização do país. A partir da absorção da lógica de produção de boa parte das maiores economias do mundo, a RPC então realizou seu processo de industrialização, que foi notavelmente marcado pelo elevado grau de investimento, um intenso processo de abertura comercial, um regime cambial que se mostrou rígido, além de que, inegavelmente, um pesado investimento em capital humano fez com que o país desenvolvesse recursos específicos para que pudesse alçar voos diferentes em termos de projeção mundial.

Uma vez que o país se encontrava em seu processo de industrialização, o elevado tamanho do país e de sua população e a indisponibilidade de recursos naturais para a satisfação das demandas internas, a China optou por se voltar para fora para complementar sua produção (CEPAL 2015). O país que possui um discurso histórico voltado para as relações benéficas para ambas as partes, encontrou na América do Sul, um continente capaz de oferecer os recursos necessários para o complemento de sua demanda, e viu a possibilidade de realizar trocas de seus produtos manufaturados (VADELL 2011).

O desafio presente para a China é voltar a crescer sob altas taxas no futuro, mas o país não abandona a crença de crescimento econômico sem prejudicar as nações já estabelecidas no tempo do cenário mundial (HEILLMAN; RHEILUDOLF; HUOTARI; BUCKOW. 2014). A abordagem do IED, além de auxiliar nas demandas domésticas da China, também é uma medida que estimula o crescimento e a internacionalização das empresas chinesas.

Para os países da América do Sul, o IED tem sim a capacidade de fomentar o desenvolvimento sustentável e modificar as estruturas produtivas da região. Porém, os fluxos de investimento estrangeiro direto não garantem por si só uma contribuição produtiva a longo prazo.

Vadell (2011) aponta para o surgimento de uma nova relação centro-periferia, estabelecida entre a China e os países sul-americanos, uma vez que tem crescido o teor tecnológico das importações da região. Porém, as exportações para a China são, em sua grande maioria, de *commodities*. Ainda que altos números sejam envolvidos nas trocas realizadas nas relações sino-sul-americanas, é necessário realizar uma análise qualitativa dos dados para ver os reais benefícios que cada país da região tem e como os IED auxiliam o crescimento do país (RODRIGUES, HENDLER, 2018).

O crescimento obtido por meio do IED depende da identificação e implementação de diretrizes políticas com o intuito de orientar e coordenar as prioridades de investimento dos países (CEPAL 2019). No contexto mundial, em que as grandes decisões que envolvem as diretrizes políticas adotadas são tomadas com base nos grandes blocos econômicos, um Estado tem reduzidas chances de ascender economicamente e, ainda, encontra dificuldades para competir pelos mesmos investimentos.

Para os anos que se seguem, é esperado um incremento ainda maior nas relações sino-sul-americanas. As tentativas do Uruguai de estabelecer um APC com a China apontam para esta direção (VAILLANT, 2021). Outros pontos que realçam a possibilidade de um incremento nas relações de IED na América do Sul são as aquisições de *startups* em locais estratégicos na região.

Sabe-se que o crescimento, por meio da coordenação e dos planos de desenvolvimento plurais que envolvem grupos de países, oferecem oportunidades para gerar maiores incentivos, a fim de atrair investimento estrangeiro e para integrar o IED em estratégias de desenvolvimento mais ambiciosas (CEPAL, 2019).

A manutenção do pensamento de benefício mútuo é fundamental para o incremento ainda maior das conexões China-América do Sul. A China segue seu pensamento de desenvolvimento com seus ideais pacíficos e de não agressão ou questionamentos ao conjunto hegemônico, buscando cada vez mais a absorção de conhecimento de países com reputação notória em termos

de desenvolvimento tecnológico, bem como a busca da complementaridade das carências domésticas e países que dispõem de abundância de recursos naturais. Porém, o diagnóstico aqui oferecido para os países sul-americanos é uma melhor definição de metas e interesse para o desenvolvimento da região; para que, dessa forma, possa ser entendido o que é benéfico para o país e, assim, possa-se cogitar desenvolver relações bilaterais com outros países.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. AM. China e Brasil: oportunidades e desafios. A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: IPEA, p. 325-350, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12331> Acesso em: 13 maio 2020

ALVAREZ, M. Bachelet firma 12 acuerdos con Presidente de China em La Moneda. La tercera, 2016. Disponível em: <<https://www.latercera.com/noticia/bachelet-firma-12-acuerdos-presidente-china-la-moneda>> Acesso em: 20 de janeiro de 2021

ANDRADE, Israel de Oliveira; NARETTO, Nilton de Almeida; LEITE, Alixandro Werneck. A dinâmica das relações econômicas entre Brasil e China: uma análise do período (2000-2015). 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6472>> Acesso em: 15 de outubro de 2021

ARRIGHI, G. Adam Smith in Beijing – Lineages of Twenty-First Century. London. New York: Verso, 2007

ARTEAGA, J.C.; CARDOZO, M.L.; DINIZ, M.J.T. Exports to China and economic growth in Latin America, unequal effects with in the region. *Internacional Economics*, 164, 1-17. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2110701720302481>> Acesso em: 22 de setembro de 2021

BURLAMAQUI, L. (2015). As finanças globais e o desenvolvimento financeiro chinês: um modelo de governança financeira global conduzido pelo Estado. China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 277-334. Disponível

em:<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26244> Acesso em: set/2020

BUSILLI, V. Características y distribución geográfica de la IED china en Argentina y su evolución en el tiempo (2005-2015). Oviedo, E. D. Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina: Análisis general y estudio de casos. Rosario Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, p.82-103, 2017. Disponível

em:<https://repositoriosdigitales.mincyt.gov.ar/vufind/Record/RepHipUNR_58fd27402a8d64c5d44dd5d5178788dc > Acesso em: out/2021

CAMOLETTO, M. Argentina busca acordar com China plan de inversión por 30 mil millones de dólares. Fundeps, Políticas e derechos humanos. marzo 2021. Disponível em:<<https://fundeps.org/argentina-china-plan-inversion/>> Acesso em: 15 de outubro de 2021

CARIELLO, T. Investimentos chineses no Brasil: Histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). Conselho Empresarial Brasil-China. Agosto, 2021. Disponível em:<<https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>> Acesso em: 15 de outubro 2021

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica. Santiago-Chile: Naciones Unidas, mayo de 2015.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe. 2019. Disponível em:<<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/44706>> Acesso em: out/2020

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation. 2016. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: out/2021

CINTRA, M. A., & PINTO, E. C. (2017). China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Brazilian Journal of Political Economy*, 37, 381-400. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/rep/a/gX9BMS8FwcvKYzjyW6XyrqH/abstract/?lang=pt>> Acesso em: out/2020

CIZESKI, P.P. China: milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional. *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA, n.10, p. 71-87, 2012. Disponível em:<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4553>> Acesso em: set/2020

CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; BICHARA, J. S. O Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. *Rev. econ. contemp.* vol.16 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482012000200003> Acesso em: out/2019

CUNHA, A.M. O boom chinês e as economias latino-americanas. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v.35, n.2, p.97-112, out, 2007. Disponível em:<<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1564/1933>> Acesso em: 04 de janeiro de 2021

DING, X. O desenvolvimento da China e suas consequências globais. *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 243–271, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/640>. Acesso em: 23 out. 2021.

ECHAVE, J. La cada vez más importante presencia de la inversión China en la minerva peruana. *Cooper Acción*, setiembre de 2018. Disponível em:<<https://cooperaccion.org.pe/la-cada-vez-mas-importante-presencia-de-la-inversion-china-en-la-mineria-peruana/>> Acesso em:15 de outubro de 2021

FELIPE, J. et al. Why has China succeeded? And why it will continue to do so. Cambridge Journal of Economics, v. 37, n. 4, p. 791-818, 2013. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cje/article-abstract/37/4/791/1708448?redirectedFrom=fulltext>> Acesso em: out/2020

FRUMAN, C. Why does efficiency - seeking FDI matter? World Bank Blogs, february 2016. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/psd/outward-foreign-direct-investment-new-channel-development>> Acesso em: 15 de abril de 2021

FTA China-Chile. China-Chile Free Trade Agreement, 2005. Disponível em: <<http://feat.mofcom.gov.cn/topic/enchile.shtml>> Acesso em: out/2020

FTA China-Peru. China-Peru Free Trade Agreement, 2009. Disponível em: <<http://fta.mofcom.gov.cn/topic/enperu.shtml>> Acesso em: out/2020

GIRÓN, A. De la de la gran crisis a la gran depresión de los 2020's: desenvolvimiento de China, reflexión post keynesiana y perspectivas. Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 19, n. 37, p. 22-43, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/169823>> Acesso em: out/2020

GLOBAL TIMES. China ranks no.1 globally in outward FDI for the first time. Sep, 2021. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/page/202109/1235451.shtml>> Acesso em: 20 de outubro de 2021

HENDLER, B., & RODRIGUES, B. S. (2018). Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas, 6(3), 5-25. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2018v6n3p5>> Acesso em: ago/2021

HEILMANN, S.; RUDOLF, M.; HUOTARI, M.; & BUCKOW, J. (2014). China's shadow foreign policy:

parallelstructureschallengetheestablishedinternationalorder. China Monitor, 18(10), 1-9. Disponível em:<<https://merics.org/en/report/chinas-shadow-foreign-policy>> Acesso em: mar/2021

HU, Z. F., & KHAN, M. S. (1997). Why is China growing so fast? Staff Papers, 44(1), 103-131. Disponível em:<<https://www.imf.org/EXTERNAL/PUBS/FT/ISSUES8/INDEX.HTM> > Acesso em: out/2019

JAEGER, B. C. Investimentos Chineses em infraestrutura na América do Sul: Impactos Sobre a Integração Regional. Rev. Conj. Aust. Porto Alegre. v.8, n.39-40. 2017. P.4-23. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/65842>>. Acesso em: out/2019

KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. Economia Internacional: teoria e política. São Paulo: Makron Books, 1999.

LIMA, D.; ELÍAS, J. La irrupción de China y su impacto sobre la estrutura productiva y comercial em América Latina y el Caribe. CEPAL, february, 2017. Disponível:<<https://www.cepal.org/en/node/41652>> Acesso em: 16 de maio de 2021

MONTALBA, J.; NAVIA, P. Chile and China: Building Relations Beyond Trade?. Center for Hemispheric Policy-Universitária of Miami, 2007. Disponível em:<https://web.archive.org/web/20151229101131/https://umshare.miami.edu/web/wda/hemisphericpolicy/Final_Draft_Formatted-Navia.pdf> Acesso em: out/2020

MORAN, T. M. The Wiley Black well Encyclopedia of Globalization. 2013 vol 5. P.815-832

MORAN, T.M. FOREIGN DIRECT INVESTMENT AND DEVELOPMENT: A Reassessment of the Evidence and Policy Implications. OECD Conference on the Role of International Investment in Development, Corporate Responsibilities and the OECD Guidelines for Multinational Enterprises PARIS, 20-21

SEPTEMBER 1999. Disponível em:<<http://www.oecd.org/investment/mne/2089864.pdf>> Acesso em: out/2019

MORAN, T.M. FOREIGN DIRECT INVESTMENT AND DEVELOPMENT: A Reassessment of the Evidence and Policy Implications. OECD Conference on the Role of International Investment in Development, Corporate Responsibilities and the OECD Guidelines for Multinational Enterprises PARIS,SEPTEMBER 1999. Disponível em:<<http://www.oecd.org/investment/mne/2089864.pdf>> Acesso em: out/2019

MORAES, M. Brasil é a maior economia fonte de investimentos estrangeiros diretos da América Latina. Agência Indusnet Fiesp. 2019. Disponível em:<<https://www.fiesp.com.br/sindileite/noticias/brasil-e-a-maior-economia-fonte-de-investimentos-estrangeiros-diretos-da-america-latina-aponta-estudo/>> Acesso em: 7 de agosto de 2021

NETO, A. (2005). Dilemas do desenvolvimento na China: Crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização). Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4304> Acesso em: out/2020

NOGUEIRA, A. M., & HAFFNER, J. A. H. (2016). O papel do Estado chinês nos investimentos diretos externos na América Latina. Simpósio Internacional "Pensar e Repensar a América Latina"(2.: 2016: São Paulo). Anais. São Paulo: USP/PROLAM, 2016.

NONNENBERG, M. J. B. (2010). China: estabilidade e crescimento econômico. Brazilian Journal of Political Economy, 30, 201-218. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rep/a/F3rdpjPK4Jf8cq49BjtXpKN/?lang=pt>> Acesso em: set/2020

NONNENBERG, M.; LEVY, P.; NEGRI, F.; COSTA, K. O Crescimento Econômico e a competitividade chinesa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abril 2008. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4889> Acesso em: out/2020

OURIQUES, H.R. As relações econômicas entre América Latina e China: Uma perspectiva sistêmica. *Perspectivas*, São Paulo, V.45, p.9-40, jan/junho 2015. Disponível em:<<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/7139>> Acesso em: set/2021

OECD – Organisation for Economic Cooperation and Development. Foreign direct investment (FDI). Disponível em:<https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/foreign-direct-investment-fdi/indicator-group/english_9a523b18-en> Acesso em: 11 de outubro 2021

OVIEDO, E. Alternancia política y capitales chinos en Argentina. Oviedo (Ed.), *Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina: análisis general y estudio de casos*. Rosario: UNR Editora. 2017.

PAIVA, M. C.; LINS, C.; FERREIRA, G. BRASIL-CHINA O ESTADO DA RELAÇÃO BELT AND ROAD E LIÇÕES PARA O FUTURO. Centro Brasileiro de Relações Internacionais, set/2019. Disponível em:<<https://www.cebri.org/br/doc/83/brasil-china-o-estado-da-relacao-belt-and-road-e-licoes-para-o-futuro>> Acesso em: set/2021

PECEQUILO, C.S.; DO CARMO, C.A. A China, o sistema internacional e o Sul: ascensão pacífica?. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v.3, n.1, p.31-69, 2014. Disponível em:<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3549>> Acesso em: ago/2021

PETERS, E. D. (2020). Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean 2020. Latin America and Caribbean Academic Network on China (Red ALC-China), 13. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342924009_Monitor_of_Chinese_Infrastructure_in_Latin_America_and_the_Caribbean_2020> Acesso em: ago/2021

PETERS, E. China's evolving role in Latin America: can it be a win-win? Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2015. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/china-s-evolving-role-in-latin-america-can-it-be-a-win->

PINTO, I. C. C. As tendências do investimento estrangeiro direto da China para o Brasil. UNESP, Abril 2021. Disponível em: <<https://neai-unesp.org/as-tendencias-do-investimento-estrangeiro-direto-da-china-para-o-brasil/>> Acesso em: 15 de outubro de 2021

PONCET, S. (2011). A Ascensão Chinesa: implicações para as economias da Europa. A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: IPEA, 2011 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12331> Acesso em: out/2019

REN, X., & YANG, S. (2020). Empirical study on location choice of Chinese OFDI. *China Economic Review*, 61, 101428. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1043951X20300250>> Acesso em: out/2021

RODRIGUES, B. S. (2020). O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 19(37), 78-105. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.166148>> Acesso em: out/2020

ROCHA, F.F.; BIELSCHOWSY, R. La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina. Revista de la CEPAL, n.126, diciembre 2018. Disponível em:< La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina > Acesso em: jun/2021

SEN, S. China in the Global Economy. Levy Economics Institute Working Papers Series, n. 642, dezembro 2010. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1725488>> Acesso em: 25 de abril de 2020

STEPHENSON, M.; PEREA, J.R. Outward foreign direct investment: A New channel for development. World Bank Blogs, october, 2018. Disponível em:<<https://blogs.worldbank.org/psd/outward-foreign-direct-investment-new-channel-development>> Acesso em: jun/2021

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. Revista de Sociologia e Política, v.19, n. Suplementar, p. 29-57, nov. 2011. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400006>> Acesso em: 12 de março de 2021

VAILLANT, M. Why Uruguay's Bet on China Matters for Latin America. Americas Quarterly, october, 2021. Disponível em:<<https://americasquarterly.org/article/why-uruguays-bet-on-china-matters-for-latin-america/>> Acesso em: out/2021

VIEIRA, F.V. China: crescimento econômico de longo prazo. Revista de Economia Política, 2006. vol. 26, nº3: 401-424. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rep/a/ptbD8cfpDgQyKSRVHSSfNcm/?lang=pt>> Acesso em: 10 de abril de 2020

VISENTINI, P. G. F. As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte Fino Traço, 2011.

WORLD BANK. GDP growth (anual %) – China. World Bank national accounts data, and OECD National Account data files. 2021. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2020&locations=CN&start=1980>> Acesso em: 10 de setembro de 2021

YAO, S.; WANG, Pan. China's Outward Foreign Direct Investments and Impact on the World Economy. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

ZHANG, X. The socioeconomic geography of Chinese outward foreign direct investment in Latin America. *Geo Journal*. 84, 961-982 (2019). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10708-018-9902-3>> Acesso em: set/2021